



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
**DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

PORTARIA DECEA Nº 1854/SNOT, 22 DE AGOSTO DE 2025.

Aprova a reedição da Instrução que disciplina a concessão de Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro.

**O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**, de conformidade com o previsto nos Art. 1º, 2º, 12 e 14 do Código Brasileiro de Aeronáutica, aprovado pela Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, combinado com o Art. 21, inciso I da Estrutura Regimental do Comando da Aeronáutica, aprovada pelo Decreto nº 11.237, de 18 de outubro de 2022, resolve:

Art. 1º Aprovar a reedição da ICA 66-23 “Licenças e Certificados de Habilitação Técnica para Pessoal Técnico do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro”, na forma do anexo I.

Art. 2º Esta Instrução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogar a Portaria nº 174/DGCEA, de 10 de outubro de 2019, publicada no BCA nº 198, de 31 de outubro de 2019.

Ten Brig Ar MAURÍCIO AUGUSTO SILVEIRA DE MEDEIROS  
Diretor-Geral do DECEA

(Publicado no BCA nº , de de de 2025.)



**MINISTÉRIO DA DEFESA**  
**COMANDO DA AERONÁUTICA**  
DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO



**MANUTENÇÃO**

**ICA 66-23**

**LICENÇAS E CERTIFICADOS DE HABILITAÇÃO  
PARA PESSOAL TÉCNICO DO SISTEMA DE  
CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO**

**2025**

**ANEXO I**  
**LICENÇAS E CERTIFICADOS DE HABILITAÇÃO TÉCNICA PARA PESSOAL TÉCNICO DO SISTEMA DE**  
**CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO (ICA 66-23)**  
**SUMÁRIO**

**Art.**

CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES PRELIMINARES .....	1º/13
Seção I - Finalidade .....	1º
Seção II - Âmbito .....	2º
Seção III - Prefácio .....	3º/7º
Seção IV - Modificações .....	8º
Seção V - Competências .....	9º/11
Seção VI - Siglas e Abreviaturas .....	12
Seção VII - Conceituações .....	13
CAPÍTULO II - DISPOSIÇÕES GERAIS .....	14/55
Seção I - Quanto aos PCEA que requerem habilitação .....	22/23
Seção II - Quanto às atividades que requerem habilitação .....	24/25
Seção III - Quanto à habilitação de Responsáveis .....	26/27
Seção IV - Quanto às categorias e subcategorias de PCEA .....	28/34
Seção V - Quanto à atuação das Organizações Habilitadoras (OH) .....	35/40
Seção VI - Quanto ao Módulo de Habilitação Técnico (MHT) .....	41/43
Seção VII - Quanto ao Sistema PSNA-WEB .....	44/47
Seção VIII - Quanto ao uso das Plataformas de TI .....	48/55
CAPÍTULO III - FUNÇÕES TÉCNICAS, ATRIBUIÇÕES, CRITÉRIOS, DOCUMENTOS	
COMPROBATÓRIOS E VALIDADES .....	56/84
Seção I - Responsável Técnico .....	56/62
Seção II - Chefe Responsável .....	63/69
Seção III - Técnico com a qualificação Básico (BAS) .....	70/74
Seção IV - Técnico com a qualificação Pleno (PLE) .....	75/79
Seção V - Técnico com a qualificação Supervisor (SUP) .....	80/84
CAPÍTULO IV - PROCESSOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO .....	85/165
Seção I - De profissionais pertencentes às Organizações do COMAER .....	85/111
Seção II - De profissionais não pertencentes às Organizações do COMAER .....	112/154
Seção III - Do Certificado de Habilitação Técnica – CHT .....	155/165
CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS .....	166/172
CAPÍTULO VI - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	173/181
CAPÍTULO VII - DAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS .....	182/182

**CAPÍTULO I**  
**DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Seção I**  
**Finalidade**

Art. 1º A presente Instrução tem por finalidade atualizar os termos e atividades para o licenciamento e a concessão de habilitações técnicas para os profissionais técnicos que realizam

ou pretendem realizar intervenções em equipamentos e sistemas implantados no SISCEAB, doravante tratados como PCEA (Produtos de Controle do Espaço Aéreo).

## **Seção II**

### **Âmbito**

Art. 2º As orientações contidas nesta Instrução se aplicam a todos os Elos do SISCEAB, já constituídos ou em processo de, e às Organizações ou Empresas, externas ao COMAER, cujos profissionais técnicos intervêm ou pretendem intervir em PCEA.

## **Seção III**

### **Prefácio**

Art. 3º O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e os demais Elos do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) mantém foco permanente na ampliação e modernização da planta de equipamentos e sistemas técnicos utilizados em apoio às operações aéreas. Para a máxima disponibilidade desses sistemas críticos é exigência fundamental o aumento constante da produtividade e da eficiência nas atividades de implantação, manutenção e operação de toda essa estrutura vital para a segurança e fluidez do tráfego aéreo, ante ao crescimento regular desse modal de transporte.

Art. 4º A evolução dos recursos tecnológicos empregados tanto na fabricação dos modernos sistemas técnicos quanto nas ferramentas de apoio às atividades de instalação, parametrização, calibração, operação, manutenção, dentre outras, corroboram para o desenvolvimento de técnicas mais apuradas, que levam a índices de execução e eficácia mais elevados. Mas, para tanto, os recursos humanos, o ente sistêmico de maior relevância, precisam ser capazes de absorver as novas técnicas e implementá-las corretamente em suas rotinas.

Art. 5º Em consonância com publicações normativas do DECEA que dispõem sobre a Governança para a Manutenção no SISCEAB, a Avaliação da Conformidade e da Operacionalidade Continuada de Sistemas Técnicos, a Implantação e Homologação de Órgãos e Sistemas Operacionais, esta versão da Instrução busca otimizar os esforços a serem dispendidos por Organizações internas ou externas ao COMAER na gestão da qualificação e habilitação dos profissionais técnicos, sem sacrificar os controles necessários à garantia de que somente profissionais devidamente qualificados intervenham em sistemas técnicos, para os quais não são admitidas quaisquer reduções dos ótimos índices de disponibilidade hoje observados.

Art. 6º Os profissionais que atuam nessas atividades devem possuir as competências necessárias para que, durante a execução de suas rotinas, a qualidade e a confiabilidade dos sistemas técnicos sejam preservadas. Para tanto, cada Elo do SISCEAB responsável pelos serviços técnicos deve observar as exigências estabelecidas por fabricantes, desenvolvedores e fornecedores desses sistemas e garantir a capacitação adequada dos profissionais que neles atuarão. Devem, ainda, observar todas as leis e normas estabelecidas por outras entidades, além do próprio DECEA, como o Sistema CONFEA/CREA, dentre outros, responsáveis por regular o trabalho do profissional técnico em território nacional, quer quanto aos seus limites e direitos, quer quanto aos seus deveres.

Art. 7º A habilitação técnica, alvo desta Instrução, está, e estará sempre, fundamentada na adequada formação, na capacitação técnica continuada e na prática profissional, sem perder o foco na aplicabilidade, viabilidade e otimização de processos. As determinações

estabelecidas complementam, naquilo que for específico ao SISCEAB, as leis e normativas em vigor em nosso país, com vistas a manutenção da provisão de serviços técnicos de qualidade tão relevantes para a segurança das operações aéreas, para a comunidade aeronáutica e para o Brasil.

#### **Seção IV**

##### **Modificações**

Art. 8º Esta versão introduz modificações e define o papel e a atuação de novos agentes no ambiente técnico a seguir elencadas:

I – a habilitação passa a ser exigida somente de profissionais que atuam ou venham a atuar nas atividades técnicas após a homologação e autorização de uso dos PCEA, sendo que os Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos passam a responder não só pela habilitação de seus técnicos, mas também pelas intervenções técnicas em PCEA por eles realizadas;

II – passam a ser reconhecidos os Responsáveis Técnicos que atuam somente na etapa de implantação, designados como RTI, ou aqueles que atuam somente na etapa de manutenção/operação técnica, designados como RTM. É admitida a possibilidade de que esses Responsáveis Técnicos, atuando em Elos ou Empresas externos ao COMAER, assim como os técnicos que supervisionam, assumam atribuições por mais de um Entidade ou Prestador de Serviços de Manutenção (PSM);

III – os Chefes Responsáveis e os Responsáveis Técnicos só devem ser habilitados quando pretendam intervir eles próprios na manutenção de um ou mais PCEA em operação;

IV – é disponibilizada às Entidades Autorizadas externas ao COMAER e às Empresas prestadoras de serviços técnicos a plataforma PSNA WEB, que, dentre outras facilidades, permite a esses agentes a execução dos processos ligados à habilitação técnica previstos nesta Instrução, cujo login exige autenticação pelo mecanismo de acesso digital dos serviços públicos federais denominado GOV.BR;

V – os documentos que são exigidos nos processos devem ser digitalmente assinados pelo profissional responsável por sua emissão por meio de assinatura eletrônica GOV.BR ou outro assinador eletrônico válido no Brasil;

VI – a solicitação de habilitação e qualificação de um profissional exige que o responsável indique claramente para qual PCEA o técnico atende aos critérios exigidos. Cada técnico poderá fazer jus a concessão de várias habilitações, que serão confirmadas periodicamente pelos responsáveis;

VII - os novos conceitos de Estação de Telecomunicações Exclusiva (ETEX) e Equipamentos Isolados (EQI), estabelecidos pela ICA 63-10, definem que, se os PCEA implantados nessas entidades apoiam a prestação de serviços de navegação aérea, os profissionais, RT e técnicos mantenedores, devem seguir os preceitos desta Instrução; e

VIII – os certificados de atendimento a normas técnicas (NR-10, NR-35, dentre outras) passam a ser exigidos somente de profissionais que atuem efetivamente sob as condições expostas na norma, por avaliação e definição do Chefe Funcional ou do RTM.

#### **Seção V**

## **Competências**

Art. 9º Compete ao SDTE orientar e normatizar as atividades de Cadastramento, Licenciamento e Habilitação do pessoal técnico do SISCEAB.

Art. 10. Compete às Organizações Habilitadoras do COMAER:

I – o cadastramento, licenciamento, concessão, controle, suspensão, perda da validade, revalidação e reativação das habilitações técnicas do pessoal técnico de todos os Elos do SISCEAB; e

II – receber, classificar e armazenar os documentos recebidos e produzidos, em forma física ou eletrônica, relativos aos processos de licenciamento e habilitação dos profissionais técnicos a elas subordinadas ou jurisdicionados.

Parágrafo único. Compete às Divisões Técnicas ou seções correlatas de cada Organização Habilitadora a implantação dos processos e procedimentos estabelecidos na presente Instrução, complementando-os, se necessário, com procedimentos internos.

Art. 11. Compete às demais Organizações do COMAER:

I – o desenvolvimento, a atualização e o aperfeiçoamento contínuo de seu pessoal técnico que intervém em PCEA do SISCEAB, por meio da observação de políticas e demais normas específicas;

II – designar pessoal técnico devidamente habilitado para acompanhar as atividades técnicas de empresas contratadas pelos Elos do SISCEAB pertencentes ao COMAER para o fornecimento e/ou implantação de PCEA;

III – verificar os dados de cadastro, licença, habilitação e qualificação de um profissional transferido, no ato de sua apresentação, providenciando as alterações que se façam necessárias, via MHT, junto à Organização Habilitadora de sua região;

IV – orientar que os Chefes Responsáveis controlem adequadamente as habilitações e qualificações dos profissionais sob sua responsabilidade para que a eles sejam atribuídas somente as atividades técnicas que possam ser desempenhadas com a qualidade necessária para a garantia da segurança do SISCEAB;

V – assegurar que somente técnicos plenamente habilitados, mesmo que não estejam sob sua direta responsabilidade, realizem atividades técnicas nos PCEA de sua jurisdição;

VI – vistoriar, quando cabível, as implantações técnicas em Elos externos ao COMAER;

VII – observar critérios objetivos que assegurem que uma Empresa Contratada de Suporte Logístico (ECSL) possui capacidade de execução do objeto contratado sob normas legais pertinentes em vigor, especialmente as aplicáveis à área de engenharia, de forma a não comprometer a segurança e os serviços prestados pelo SISCEAB;

VIII – acompanhar uma ECSL ou outra empresa contratada prestando serviços no SISCEAB em sua área de responsabilidade, verificando o cumprimento das normas em vigor e reportando, quando cabível, quaisquer anomalias ao Elo contratante.

Parágrafo único. Compete às empresas contratadas por uma Organização do COMAER assegurar que somente técnicos plenamente capacitados realizem quaisquer atividades técnicas no SISCEAB, sob todos os aspectos previstos em leis e normas em vigor.

## **Seção VI**

### **Siglas e Abreviaturas**

Art.12. Para fins desta Portaria, aplicam-se as seguintes siglas e abreviaturas:

I - CGNA	- Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea
II - CHT	- Certificado de Habilitação Técnica
III - CINDACTA	- Centro Integrado de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo
IV - CRA	- Conselho Regional de Administração
V - CRCEA-SE	- Centro Regional de Controle do Espaço Aéreo Sudeste
VI - CFA	- Conselho Federal de Administração
VII - CFT	- Conselho Federal de Técnicos Industriais
VIII - CRT	- Conselho Regional de Técnicos Industriais
IX - CREA	- Conselho Regional de Engenharia e Agronomia
X - CONFEA	- Conselho Federal de Engenharia e Agronomia
XI - DECEA	- Departamento de Controle do Espaço Aéreo
XII - EA	- Entidade Autorizada
XIII - ECSL	- Empresa Contratada para Suporte Logístico
XIV - EPTA	- Estações Prestadoras de Serviço de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo
XV - PSNA-WEB	- Sistema de Gerenciamento de Processos em PSNA
XVI - EQI	- Equipamento Isolado
XVII - ETEX	- Estação de Telecomunicações Exclusiva
XVIII - GCC	- Grupo de Comunicações e Controle
XIX - GEIV	- Grupo Especial de Inspeção em Voo
XX - ICA	- Instituto de Cartografia da Aeronáutica
XXI - ICEA	- Instituto de Controle do Espaço Aéreo



XXII - INFRAERO	- Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária
XXIII - MHT	- Módulo de Habilitação Técnica
XXIV - OACI	- Organização de Aviação Civil Internacional
XXV - OH	- Organização Habilitadora
XXVI - PAME-RJ	- Parque de Material de Eletrônica da Aeronáutica do Rio de Janeiro
XXVII - PCEA	- Produto de Controle do Espaço Aéreo
XXVIII - PSE	- Prestadora de Serviços Especializados
XXIX - PSM	- Prestador de Serviços de Manutenção
XXX - PSNA	- Prestadora de Serviço de Navegação Aérea
XXXI - RL	- Representante Legal
XXXII - RT	- Responsável Técnico
XXXIII - RTI	- Responsável Técnico por Instalação
XXXIV - RTM	- Responsável Técnico por Manutenção
XXXV - SDTE	- Subdepartamento Técnico do DECEA
XXXVI - SIAT	- Seção de Instrução e Atualização Técnica
XXXVII - SILOMS	- Sistema Integrado de Logística de Material e Serviços
XXXVIII - SISCEAB	- Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro
XXXIX - TIC	- Tecnologia da Informação e Comunicações
XL - TRT	- Termo de Responsabilidade Técnica

## **Seção VII**

### **Conceituações**

Art.13. Para fins desta Portaria, aplicam-se os termos e expressões a seguir conceituados, além daqueles estabelecidos no Glossário da Aeronáutica (MCA 10-4):

I – Cadastramento - refere-se as ações tomadas por uma OH ou outro Elo do SISCEAB de disponibilizar e/ou avaliar dados e documentos que permitam que um profissional técnico seja devidamente identificado à luz dos critérios, orientações e procedimentos expostos nesta Instrução, quer no PSNA WEB quer no MHT;

II - Certificado de Habilitação Técnica – documento válido em todo o território nacional, produzido por uma Organização Habilitadora, no qual constam o número da licença e

dados de identificação do profissional habilitado, de suas habilitações válidas e qualificações associadas;

III - Chefe Responsável - militar ou civil de Nível Superior do COMAER designado no sistema informatizado do DECEA, para os fins desta Instrução, como responsável pela solicitação, controle e atualização das qualificações e habilitações dos profissionais técnicos do COMAER que atuam ou venham a atuar no SISCEAB sob sua responsabilidade direta, e pelas intervenções técnicas em PCEA por eles realizadas;

IV - Chefe de Projeto - é o Chefe da Subdivisão ou Seção Técnica da área responsável pela manutenção de uma categoria ou subcategoria de PCEA associado a um projeto conforme definido no SILOMS, que auxilia a análise das demandas por habilitação nesses PCEA;

V – Competência - aptidão para cumprir uma atividade ou função para as quais é indicado a partir da aplicação de conhecimentos, experiência, atitudes e habilidades que são os atributos pessoais necessários para exercer o nível de manutenção associado a seu local de trabalho;

VI - Conselho Profissional - autarquia federal com a função de registrar, fiscalizar e orientar os profissionais da sua classe, garantindo a regulamentação da profissão;

VII - Declaração de Competência e Experiência Profissional - declaração emitida por um Responsável Técnico ou Chefe Responsável, para si próprio ou para um profissional técnico a ele vinculado, que atesta as competências e a experiência prática acumuladas de um determinado profissional com vistas a habilitá-lo a assumir as atribuições designadas a um técnico BÁSICO, PLENO ou SUPERVISOR. Essa declaração pode ser usada para a emissão de parecer técnico associada a Ficha de Intervenção Supervisionada. Deve ser acompanhada do Curriculum Vitae ou outros documentos que corroborem o que é declarado sobre o profissional citado. A pertinência e aplicação deverão ser avaliadas caso a caso pela Organização Habilitadora, que poderá demandar informações adicionais antes de sua deliberação. O MHT deve permitir o upload da declaração de competência, devidamente assinada pelo RT ou CR, e pelo próprio profissional técnico alvo da declaração;

VIII - Elos do SISCEAB - são os Órgãos diretamente subordinados ao Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) e as Organizações externas ao Comando da Aeronáutica, como as Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), os Provedores de Serviço de Navegação Aérea (PSNA), a NAV Brasil, o Comando da Marinha, o Comando do Exército e órgãos governamentais que realizam atividades relacionadas ao controle ou a defesa do espaço aéreo brasileiro;

IX - Empresa Contratada para Suporte Logístico (ECSL) - pessoa jurídica, de direito público ou privado, signatária do instrumento contratual que a incumbe de prestar assessoria e/ou intervenção técnica especializada nas atividades de manutenções preventivas, preditivas, corretivas, modificadora ou atualização dos equipamentos, itens reparáveis e sistemas informatizados; e nas atualizações técnicas de pessoal, no âmbito do SISCEAB, para uma ou mais Organizações do COMAER, nos termos da ICA 400-38.

X - Equipamento Isolado (EQI) - conforme descrito na ICA 63-10, se refere a equipamentos e sistemas que requeiram processo de homologação, tais como auxílios à navegação aérea, estações meteorológicas, estações de rádio difusão, sistemas de vigilância ATS, sistemas de tramitação de mensagens ATS e outros que sejam integrados aos sistemas do COMAER;

Parágrafo único. Sistemas e equipamentos utilizados apenas como ferramentas para a prestação do serviço que não tenham interação direta com o piloto da aeronave, tais como sistemas de monitoramento, registro de ocorrências, ajuste de condições, entre outros, não são considerados EQI.

XI – Equipamento - material constituído de conjuntos, subconjuntos, peças e componentes, conectados ou associados, que formam uma unidade para executar uma função operacional;

XII - Equipe Técnica - conjunto de profissionais técnicos licenciados e/ou habilitados, designado a realizar atividades técnicas em um ou mais equipamentos ou sistemas do SISCEAB (PCEA);

XIII - Estação Prestadora de Serviço de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA) - é uma entidade autorizada de serviço público pertencente a pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, dotada de pessoal, instalações, equipamentos, sistemas e materiais suficientes para prestar, isolada ou cumulativamente, os seguintes serviços: Controle de Tráfego Aéreo (Controle de Aproximação e/ou Controle de Aeródromo), Serviço de Controle de Pátio (movimentação de aeronaves, veículos e equipamentos nos pátios), Informação de Voo de Aeródromo (AFIS), Telecomunicações Aeronáuticas, Meteorologia Aeronáutica, Informações Aeronáuticas e de Alerta; apoiar a navegação aérea por meio de auxílios à navegação aérea; apoiar as operações de pouso e decolagem em plataformas marítimas, ou ainda veicular mensagens de caráter geral entre as entidades autorizadas e suas respectivas aeronaves, em complemento à infraestrutura de apoio à navegação aérea provida e operada pela União – COMAER-DECEA, nos termos ICA 63-10;

XIV - Estação Prestadora de Telecomunicações Exclusivas (ETEX) - é a Estação homologada pertencente a pessoa jurídica, de direito público ou privado, que obteve autorização do COMAER para operar frequências do Serviço Móvel Aeronáutico (SMA) para apoiar as operações de pouso e decolagem em plataformas marítimas ou veicular mensagens de caráter geral com as aeronaves vinculadas aos seus serviços ou efetuar as comunicações para o serviço de controle de pátio dos aeroportos, nos termos da ICA 63-10;

XV - Falta Grave - descumprir, voluntária e injustificadamente, com os deveres do ofício; usar de privilégio profissional ou faculdade decorrente de função de forma abusiva para auferir vantagens pessoais; prestar de má-fé orientação, proposta, prescrição técnica ou qualquer ato profissional que possa resultar em danos às pessoas ou ao patrimônio; realizar trabalho ou tarefa para os quais não tenha efetiva qualificação; omitir ou ocultar fato de seu conhecimento que transgrida a ética profissional prevista em legislação;

XVI - Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada - é o documento que reúne as informações sobre uma ou mais Intervenções Técnicas Supervisionadas realizadas por um determinado profissional. Deve ser assinada pelo próprio profissional e pelo profissional ou profissionais que supervisionaram as intervenções mencionadas;

XVII – Habilitação - refere-se ao conjunto de atos e procedimentos seguidos por uma OH que, após o licenciamento de um profissional técnico, avalia o atendimento aos demais critérios estabelecidos nesta Instrução por um solicitante responsável, e fornece ou atualiza uma ou mais habilitações para esse profissional, para que ele possa realizar intervenções em PCEA implantado no SISCEAB;

XVIII – Implantação - conjunto de todos os atos e procedimentos realizados para que um PCEA seja colocado em operação, incluindo as etapas de planejamento, projeto, aquisição, instalação, recebimento técnico em campo, homologação e autorização de operação ou uso;

XIX – Instalação - conjunto de atos e procedimentos realizados durante uma implantação sem incluir a homologação e a autorização de operação ou uso. Este serviço EXIGE o cadastramento do Responsável Técnico, mas NÃO EXIGE o cadastramento, licenciamento ou habilitação dele próprio e dos demais profissionais técnicos que o executam;

XX - Intervenção em PCEA do SISCEAB - ação técnica de baixa, média ou alta complexidade, de manutenção, de operação, de parametrização, de configuração, de ajuste, de modernização, de alteração ou de verificação em campo, em PCEA já em operação ou em uso no SISCEAB;

XXI - Intervenção de Alta Complexidade - é o serviço técnico caracterizado por ações de alto grau de complexidade. Compreendem os serviços de manutenção que necessitam de pessoal técnico de reconhecida especialização, trabalhos de reparo ou revisão necessários à recuperação completa ou à revitalização, modificações técnicas e instalações. No âmbito do COMAER são conhecidos como de Nível Parque;

XXII - Intervenção de Baixa Complexidade - é o serviço técnico caracterizado por ações elementares e de baixo grau de complexidade técnica. É realizada no próprio local de funcionamento dos PCEA e compreende basicamente os serviços de limpeza, conservação, troca de lâmpadas, fusíveis, subconjuntos, cartões, lubrificantes e componentes, verificação e ajustes de níveis, comutação e troca, quando não envolverem manipulações complexas. No âmbito do COMAER são conhecidos como de Nível Orgânico;

XXIII - Intervenção de Média Complexidade - é o serviço técnico caracterizado por ações de média complexidade. Compreende os serviços que necessitam do manuseio de instrumentos de teste de bancada, bancos de teste, equipamentos de ensaio existentes em laboratórios específicos, regulagens e reparo de cartões e módulos. No âmbito do COMAER são conhecidos como de Nível Base;

XXIV - Intervenção Pontual - é o serviço técnico de qualquer complexidade, a ser realizado em PCEA, por profissional licenciado nos termos desta Instrução, sob acompanhamento presencial ou remoto de outro profissional devidamente habilitado. Por ser de caráter eventual, essa intervenção deve ser acionada por Chefe Responsável ou Responsável Técnico por meio de ordem de serviço rastreável e, ao ser concluída, a intervenção dessa natureza só poderá ser novamente realizada por nova designação do Responsável;

XXV - Intervenção Técnica Supervisionada - é a intervenção planejada, executada sob supervisão, registrada em ordem de serviço e numa Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada, de sistema digital ou meio físico, cujo objetivo é a ambientação às atividades técnicas de um profissional candidato à habilitação com qualificação BÁSICO, ou a observação da proficiência e do comportamento esperado do profissional que se deseja habilitar na qualificação PLENO ou SUPERVISOR;

XXVI – Licenciamento - refere-se ao conjunto de atos e procedimentos seguidos por uma OH que, mediante a avaliação do atendimento aos critérios estabelecidos nesta Instrução por um solicitante responsável, fornece um número chamado LICENÇA para um profissional técnico a ser habilitado para intervir em PCEA implantado no SISCEAB;

XXVII - Módulo de Habilitação Técnica (MHT) - sistema informatizado responsável pela automatização de todo o processo estabelecido na presente Instrução para concessão e administração das habilitações técnicas, doravante chamado de MHT;

XXVIII - NAV Brasil - A NAV Brasil – Serviços de Navegação Aérea S/A é uma empresa pública brasileira, exclusivamente dedicada a prover serviços de navegação aérea, como controle de tráfego aéreo, meteorologia e informações aeronáuticas. Tem por objeto implementar, administrar, operar e explorar industrial e comercialmente a infraestrutura aeronáutica destinada à prestação de serviços de navegação aérea que lhe for atribuída pelo Comandante da Aeronáutica;

XXIX - Ordem de Serviço - é o instrumento digital ou físico pelo qual um profissional, ou equipe técnica, é orientado por seus superiores a realizar alguma intervenção em PCEA do SISCEAB, onde são registradas as atividades realizadas, as datas, os horários e demais dados sobre o serviço executado, no âmbito desta Instrução;

XXX - Organização Habilitadora – é a Organização do Comando da Aeronáutica, subordinada ao DECEA, responsável pelos processos de cadastramento, licenciamento, concessão, controle, suspensão, perda da validade, revalidação e reativação das Habilitações Técnicas dos profissionais que atuam nos PCEA implantados no SISCEAB.

§ 1º O PAME-RJ, os CINDACTA, o CRCEA-SE, o GCC, e o ICEA são Organizações Habilitadoras.

§ 2º As OH são as responsáveis por executar os processos de habilitação dos profissionais das OM subordinadas.

§ 3º O PAME-RJ é a OH responsável por executar os processos de habilitação dos profissionais das OM lotadas no complexo Santos Dumont e do CIMAER.

XXXI - Prestadora de Serviços de Manutenção (PSM) – pessoa jurídica de direito público ou privado que, subcontratada por um Elo do SISCEAB externo ao COMAER, é responsável por realizar intervenções em PCEA do SISCEAB de acordo com as diretrizes, instruções e procedimentos previstos em normas do DECEA;

XXXII - Produto de Controle do Espaço Aéreo (PCEA) - equipamento ou sistema em uso ou elegível a ser utilizado como componente da estrutura de suporte ao Controle do Espaço Aéreo brasileiro, que se enquadre em uma das categorias e subcategorias expostas nesta Instrução e em listagem atualizada disponibilizada nas plataformas digitais, PSNA WEB e MHT, e nos sites das Organizações Habilitadoras do DECEA;

XXXIII - Profissional Habilitado - profissional, de nível superior ou médio, civil ou militar, titular de Licença concedida por Organização Habilitadora, que, por atender os critérios expostos nesta Instrução para ser qualificado como Básico, Pleno ou Supervisor, recebe habilitação para intervir em determinados PCEA do SISCEAB e assumir as demais atribuições associadas a qualificação recebida;

XXXIV - Profissional Licenciado - profissional, de nível superior ou médio, civil ou militar, que, por atender os critérios expostos nesta Instrução, é cadastrado no sistema de controle de habilitações técnicas e recebe uma licença de uma Organização Habilitadora do SISCEAB, pré-requisito para que assuma atribuições técnicas no SISCEAB.

XXXV – Qualificação - classificação de cada habilitação recebida por um profissional técnico, que leva em consideração suas competências profissionais para assumir as atribuições inerentes às atividades de intervenção no PCEA apontado pela habilitação, podendo ser:

a) Qualificação Básico (BAS) - qualificação associada a habilitação concedida a um profissional técnico cujas competências lhe permitem assumir as atribuições dessa qualificação previstas nesta Instrução e a responsabilidade pelas intervenções de baixa complexidade em determinado PCEA do SISCEAB, de acordo com as orientações contidas nos Boletins Técnicos, Manuais do Fabricante e outras emitidas por técnicos de maior qualificação (pleno e supervisor);

b) Qualificação Pleno (PLE) - qualificação associada a habilitação concedida a um profissional técnico cujas competências lhe permitem assumir as atribuições dessa qualificação previstas nesta Instrução e a responsabilidade pelas intervenções de baixa e média complexidade em determinado PCEA, de acordo com as orientações contidas nos Boletins Técnicos, Manuais do Fabricante e outras emitidas por técnicos de maior qualificação (supervisor); e

c) Qualificação Supervisor (SUP) - qualificação dada ao profissional técnico que reúne competências que lhe permitem assumir as atribuições dessa qualificação previstas nesta Instrução e a responsabilidade pelas manutenções de Nível Orgânico, Base e Parque em um determinado PCEA do SISCEAB, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos, dos manuais do fabricante e outras emitidas por técnicos mais experientes de mesma qualificação (supervisor).

XXXVI - Representante Legal (RL) - no âmbito desta Instrução, refere-se a pessoa física, que tendo sido formalmente apresentado por uma Entidade Autorizada pelo DECEA, pela Empresa NAV BRASIL ou por uma ECSL, assume responsabilidade legal junto ao COMAER para implantar, operar e/ou manter PCEA sob sua responsabilidade;

XXXVII - Responsável Técnico (RT) - profissional de nível superior nas áreas de Engenharias e Tecnologia, registrado em seu Conselho Profissional ou órgão correspondente, formalmente apresentado por um Representante Legal de um Elo do SISCEAB externo ao COMAER ou Empresa, que atenda aos critérios estabelecidos nas leis e normas em vigor inerentes à sua profissão, para atestar, responder e se responsabilizar pelo projeto, instalação, homologação e/ou manutenção de PCEA do SISCEAB.

§ 1º O RT responderá, também, pelas competências, existentes ou adquiridas, dos profissionais técnicos que atuam ou atuarão no SISCEAB sob sua supervisão, com vistas ao licenciamento, habilitação técnica e qualificação desses profissionais, responsabilizando-se, ainda, pelas intervenções que realizem.

§ 2º O RT que porventura atue somente nas etapas de implantação será doravante citado RTI.

§ 3º O RT que porventura atue somente nas etapas posteriores a autorização de operação ou uso será doravante citado RTM.

XXXVIII - Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) - é o sistema formado por todas as organizações, processos, sistemas, equipamentos, auxílios implantados, recursos materiais e humanos que possibilitam a prestação de todos os serviços que proporcionam a segurança e a fluidez do tráfego aéreo, civil e militar, no espaço sob jurisdição do Brasil;

XXXIX – Subcategoria de PCEA - conjunto de equipamentos e/ou sistemas do SISCEAB que possuem e executam funções idênticas e/ou similares;

XL - Treinamento Prático - processo de ensino-aprendizagem a ser executado sob condições predefinidas, em ambiente operacional real ou simulado, cujo objetivo é a transmissão de conhecimentos e habilidades específicas.

## **CAPÍTULO II**

### **DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 14. Para realizar intervenções em um PCEA já em operação no SISCEAB, os profissionais técnicos, contratados ou subcontratados, inclusive os Chefes Responsáveis ou Responsáveis Técnicos, deverão ser cadastrados, licenciados e habilitados conforme os critérios desta Instrução.

Parágrafo único. Para atuarem em Órgãos do COMAER, os profissionais técnicos deverão tomar conhecimento e obedecer, também, outras normas específicas do COMAER em vigor.

Art. 15. Responsáveis Técnicos e profissionais técnicos poderão atuar em mais de um Elo do SISCEAB, mas para isso deverão atender os termos desta Instrução.

Art. 16. As QUALIFICAÇÕES a serem atribuídas às habilitações dos profissionais em seus Certificados de Habilitação Técnica são: BÁSICO (BAS), PLENO (PLE) e SUPERVISOR (SUP), conforme atribuições, critérios de concessão e validade adiante definidos nesta Instrução.

Art. 17. Cabe aos Responsáveis Técnicos e Chefes Responsáveis observar que os profissionais técnicos sob sua responsabilidade cumpram as leis e normas em vigor para a prática profissional a que sejam designados, incluindo suas aptidões de saúde e para trabalho em situações com potencial de risco (trabalho em altura, em local confinado, com médias e altas tensões, dentre outras).

Art. 18. Os documentos comprobatórios exigidos em cada parte do processo devem ser disponibilizados pelos responsáveis, em suas versões válidas e atualizadas, em meio físico ou digital, conforme estabelecido nesta Instrução e para verificação em auditorias técnicas ou inspeções do DECEA.

Art. 19. As ordens de serviços realizadas por técnicos que atuam no SISCEAB são documentos comprobatórios que serão exigidos nos termos desta Instrução, como forma de comprovação de que o profissional técnico está atuando conforme suas atribuições, mantendo ou elevando suas competências ao longo do tempo. Tais ordens de serviço devem conter informações fundamentais das intervenções realizadas, como os dados do profissional, da ocorrência, das atividades realizadas, data, local, PCEA atendido, dentre outras.

Art. 20. A Declaração de Competência e Experiência Profissional será utilizada para atestar competências adquiridas por um determinado profissional com vistas a habilitá-lo a assumir as atribuições associadas a uma das qualificações: BÁSICO, PLENO ou SUPERVISOR. Neste caso, acompanhará uma ou mais Fichas de Intervenção Técnica Supervisionada.

§ 1º Excepcionalmente, essas declarações poderão ser utilizadas por um RT ou CR para a comprovação de experiência prática exigida para a assumpção de determinadas atribuições

pelo profissional alvo da declaração. Assim sendo, serão acompanhadas do Curriculum Vitae e assinada pelo profissional alvo da declaração e pelo seu RT ou CR.

§ 2º Cabe a OH observar, caso a caso, a pertinência e a adequada aplicação da declaração, solicitando documentos adicionais que se mostrem necessários, de forma a cercar-se de garantias de que o profissional está apto a intervir em PCEA do SISCEAB.

Art. 21. Quando o profissional for estrangeiro, a Empresa ou Organização por ele responsável deverá manter disponível ou apresentar quando solicitado a cópia da permissão de trabalho no Brasil acompanhada da cópia do passaporte utilizado para entrada no país.

## **Seção I**

### **Quanto aos PCEA que requerem habilitação**

Art. 22. A habilitação técnica é exigida de profissionais que já realizam ou pretendem realizar intervenções em PCEA que contribuem direta e especificamente para a atividade fim do SISCEAB, tais como os auxílios à navegação e à meteorologia aeronáutica, sistemas de vigilância aérea, sistemas de tratamento e visualização de ATC, ATS, redes SMA e SFA.

Parágrafo único. Os auxílios visuais (ALS, PAPI e APAPI) implantados em aeródromos públicos, privados ou compartilhados não exigem que os profissionais técnicos que realizem intervenções nesses sistemas sejam habilitados pelo COMAER à luz desta Instrução.

Art. 23. A habilitação técnica não é exigida de profissionais que atuam na manutenção de edificações e outros equipamentos de infraestrutura como segurança patrimonial, controle de acesso, alarme, contra incêndio, ar-condicionado, sistemas de energia não dedicados, CFTV, redes de computadores administrativas (WAN, MAN e LAN), PABX de uso geral, bem como outros sistemas logísticos/administrativos.

## **Seção II**

### **Quanto às atividades que requerem habilitação**

Art. 24. A implantação de PCEA exige que o Responsável Técnico pela Implantação (RTI) seja cadastrado no PSNA-WEB. Dos demais profissionais que atuem na implantação (ou atendimento em garantia, operação assistida, casos emergenciais) não será exigido nenhum cadastro ou habilitação. Eles atuarão sob direta responsabilidade do RTI.

§ 1º Caso o PCEA requeira voo de homologação, o RTI deverá observar as exigências previstas em norma específica sobre Inspeções em Voo.

§ 2º A Autorização de Início de Operação (AIOp) só deve ser liberada após a existência de pelo menos um profissional habilitado e registrado no MHT em cada PCEA em homologação ou instalado no órgão em homologação.

Art. 25. A intervenção em PCEA exige que o Responsável Técnico designado a atuar nas atividades posteriores à autorização de operação ou uso do PCEA (RTM) seja cadastrado no módulo de habilitações. Os demais profissionais técnicos que atuarão em intervenções deverão ser cadastrados e devidamente habilitados no sistema.

Parágrafo único. O cadastramento, o licenciamento e a habilitação desses profissionais técnicos que atuem em Órgãos não pertencentes ao COMAER só poderá ser solicitado



ou alterado por intermédio de um Responsável Técnico já designado, ficando esses profissionais, então, vinculados a um ou mais RTM.

### **Seção III**

#### **Quanto a habilitação de Responsáveis**

Art. 26. Caso um RTM pretenda intervir diretamente em PCEA, também ele deverá ser cadastrado, licenciado e habilitado de acordo com os critérios desta Instrução.

Art. 27. Caso um Chefe Responsável (CR) pretenda intervir diretamente em PCEA, também ele deverá ser cadastrado, licenciado e habilitado de acordo com os critérios desta Instrução.

### **Seção IV**

#### **Quanto às categorias e subcategorias de PCEA**

Art. 28. Cada equipamento ou sistema do SISCEAB (PCEA) está associado a uma categoria e subcategoria específica.

Art. 29. A solicitação de habilitação indicará para qual PCEA o profissional técnico possui competências para atuar, incluindo a qualificação na qual se enquadra pelos termos desta Instrução: Básico, Pleno ou Supervisor. A relação completa e atualizada de PCEA do SISCEAB está disponível **on line**, acessível pelos sistemas PSNA WEB e MHT.

Parágrafo único. Uma solicitação pode conter demanda de habilitação do profissional em mais de um PCEA, sendo que os critérios específicos para habilitação em cada um deles deverão ser atendidos.

Art. 30. Caso o PCEA no qual um técnico pretende se habilitar e intervir ainda não conste da relação de PCEA do SISCEAB, o requerente (Responsável Técnico ou Chefe Responsável) poderá propor sua inclusão à OH, disponibilizando as informações requeridas do novo sistema técnico.

§ 1º Após avaliar a demanda de inclusão, consultando o PAME-RJ e o SDTE se necessário, a OH procederá a eventual inclusão do PCEA no sistema, informando aos Elos do SISCEAB e às demais Organizações Habilitadoras.

§ 2º Caberá aos Elos do SISCEAB, após alguma alteração na relação de PCEA, verificar e promover, se necessário, a atualização das habilitações de seus profissionais técnicos.

Art. 31. A Habilitação Técnica é concedida pela Organização Habilitadora a um profissional com base na solicitação apresentada pelo seu responsável, nas suas competências técnicas comprovadas e nos serviços que presta ou pretende prestar, nos termos desta Instrução.

Art. 32. Os CHT expressam, então, as atribuições de cada profissional técnico no SISCEAB e os limites de sua atuação, de acordo com as habilitações e qualificações fornecidas. Um mesmo profissional pode receber diferentes habilitações com diferentes qualificações em função de suas competências e do atendimento às instruções contidas nesta norma.

Art. 33. O CHT reunirá todas as habilitações e qualificações ativas e outras informações de importância para controle dos Elos do SISCEAB, deixando claras as atribuições que podem ser assumidas por cada profissional técnico.

Art. 34. Os dados mais atualizados do CHT de cada profissional estarão disponíveis no módulo de habilitação, de acordo com as autorizações de acesso estabelecidas.

## **Seção V**

### **Quanto à atuação das Organizações Habilitadoras (OH)**

Art. 35. Uma OH tem como principal finalidade apreciar e deliberar sobre o licenciamento, a habilitação e a qualificação de profissionais técnicos, com base em critérios estabelecidos e nas competências técnicas atestadas por Chefes Responsáveis ou Responsáveis Técnicos, em cumprimento aos processos estabelecidos nesta Instrução.

Art. 36. Cada OH é responsável por zelar pelo cadastro de todos os profissionais técnicos direta ou indiretamente a ela subordinados que atuam no âmbito do SISCEAB em sua jurisdição, mantendo-os atualizados conforme informações e dados fornecidos pelos Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos.

Parágrafo único. Esse cadastro poderá ser consultado por todos os Elos do SISCEAB que tenham responsabilidade de atuar e gerenciar serviços técnicos no SISCEAB, mediante acesso autenticado ao módulo de habilitação técnica ou, eventualmente, por solicitação de um interessado a uma Organização Habilitadora.

Art. 37. Dentre os objetivos amplos e atribuições de uma OH estão:

- I- cuidar para que os processos e procedimentos estabelecidos sejam realizados com elevados níveis de segurança, celeridade, eficácia e eficiência em atendimento às necessidades e demais normas do SISCEAB;
- II- definir o setor da Organização que cuidará da gestão dos processos relativos à habilitação técnica, mantendo quantitativo suficiente e devidamente treinado para o adequado cumprimento das atividades e correta utilização do MHT;
- III- organizar processos internos entre os setores da OH e demais Organizações subordinadas, pertencentes ao COMAER ou jurisdicionadas, de maneira a deliberar com a maior celeridade possível quanto às solicitações de licenciamento e de habilitação;
- IV- deliberar sobre habilitações e qualificações (ou requalificações) pleiteadas para cada técnico, considerando o conteúdo das solicitações feitas pelos RT ou CR e o atendimento aos critérios estabelecidos nesta Instrução;
- V- deliberar sobre a suspensão, a perda, a requalificação ou a revalidação de habilitações técnicas; e
- VI- avaliar continuamente os processos e os procedimentos estabelecidos na presente Instrução com vistas ao seu aperfeiçoamento, oferecendo ao SDTE propostas de melhorias a serem implementadas ou falhas processuais a serem corrigidas.

Art. 38. Cabe a uma OH estabelecer mecanismos de comunicação com as Empresas e Organizações não pertencentes ao COMAER de sua jurisdição que garantam a divulgação adequada e o apoio à implementação de processos e melhores práticas aplicáveis aos processos de habilitação técnica emanados ou atualizados nas normas emitidas pelo DECEA. As sanções previstas pelo não cumprimento de procedimentos deve ser um dos focos de divulgação de uma OH na comunidade de interessados em sua jurisdição.

Art. 39. Além de atuar como Organização Habilitadora, o PAME-RJ é o coordenador geral dos processos relativos à habilitação técnica, apoiando as demais Organizações Habilitadoras em suas atividades.

Art. 40. O PAME-RJ é a Organização responsável por padronizar os procedimentos e disseminar as melhores práticas a serem adotados pelas Organizações Habilitadoras na aplicação dos processos expostos nesta Instrução, incluindo a plena utilização dos sistemas informacionais PSNA WEB e MHT, pelos agentes internos e externos ao COMAER.

## **Seção VI**

### **Quanto ao Módulo de Habilitação Técnico (MHT)**

Art. 41. O MHT é a plataforma de TI que suporta todos os processos estabelecidos na presente Instrução para concessão e administração das habilitações técnicas, dando a eles a transparência, a clareza, a simplicidade, a segurança e o controle necessários. Trata-se de um módulo da plataforma de TIC do COMAER.

Art. 42. Os Elos do SISCEAB utilizarão o MHT de acordo com as facilidades que lhes sejam oferecidas, com suas responsabilidades e de acordo com as etapas do processo, da solicitação à publicação da decisão de uma Organização Habilitadora.

Art. 43. Como principais atributos do MHT estão a centralização e a transparência das informações, a rastreabilidade dos documentos utilizados em apoio às decisões, com vistas a simplificar, desburocratizar e desonerar todo o processo.

## **Seção VII**

### **Quanto ao Sistema PSNA-WEB**

Art. 44. É a plataforma de TI utilizada para a gestão dos processos de instalação, homologação, autorização de uso/operação, manutenção, alteração de projetos, inoperâncias, desinstalação de PCEA e habilitação técnica no âmbito de Elos do SISCEAB não pertencentes ao COMAER.

Art. 45. Os processos ligados à habilitação de técnicos e a utilização do PSNA WEB para a gestão desses processos estão definidos nesta Instrução. Os demais processos acima mencionados estão definidos e detalhados em outras normas do DECEA. Os procedimentos e exigências nelas descritos são refletidos no PSNA WEB e devem ser seguidos por seus usuários.

Art. 46. Dentre outras facilidades, o sistema PSNA WEB permitirá que o Representante Legal de uma Organização ou Empresa não pertencente ao COMAER indique e cadastre, nos termos expostos nas normas do DECEA que regulam o processo afeto, o Responsável Técnico (RTI e/ou RTM)) que o representará nos assuntos ligados aos serviços e profissionais técnicos.

Art. 47. No que tange aos processos de habilitação técnica, o PSNA WEB é uma interface para a base única do DECEA utilizada para controle de todas as habilitações dos profissionais que assumem atribuições afetas aos PCEA instalados e homologados no SISCEAB, que é o Módulo de Habilitação Técnica (MHT).

## **Seção VIII**

### **Quanto ao uso das Plataformas de TI**

Art. 48. Os diferentes módulos dos sistemas MHT e PSNA WEB possibilitam que, além do controle das habilitações, os dados, documentos e informações referentes a cada processo suportado e aos agentes envolvidos sejam armazenados de forma rastreável. São, portanto, ferramentas de apoio fundamentais ao cumprimento das instruções contidas em normas do DECEA.

Art. 49. Estas plataformas permitem a criação e controle da árvore de vínculos hierarquizados, em suas diferentes associações, como por exemplo, entre profissionais e cada Organização ou Entidade do SISCEAB (OM, DTCEA, DNB, EPTA, Entidade Autorizada, NAV Brasil, etc). Por meio delas, torna-se possível a associação concomitante de um RTM e um RTI a uma mesma Entidade Autorizada ou Empresa; ou a vinculação de um RTI ou RTM a mais de uma Empresa ou EA.

Art. 50. O PAME-RJ é a Organização do SISCEAB responsável por desenvolver estas plataformas e dentre suas responsabilidades estão:

- I- o levantamento de requisitos, desenvolvimento, implantação, suporte e treinamento dos usuários do MHT e do PSNA WEB;
- II- cuidar de sua utilização padronizada, suas necessárias atualizações e melhorias;
- III- estabelecer mecanismo integrado de registro e tratamento de problemas nessas ferramentas de maneira a permitir o acompanhamento do status e célere solução;
- IV- zelar pela plena aderência dessas ferramentas à ICA 66-23 e demais normas do DECEA em vigor, que regulem os processos de avaliação da conformidade, implantação e manutenção de PCEA, de habilitação técnica e de gestão de inoperâncias; e
- V- emitir e manter atualizado o manual do usuário do MHT, informando aos Elos do SISCEAB as alterações implementadas ou novas versões publicadas.

Art. 51. Para acesso às plataformas de TI, os usuários internos ao COMAER farão uso de seu login e senha do cadastro único FAB. Os usuários externos ao COMAER farão uso de seu login no portal GOV.BR, de cada pessoa física (CPF) envolvida: Responsável Legal da empresa ou organização e Responsável Técnico indicado.

Art. 52. O conceito geral é que, cada usuário (RL, RT, CR, técnicos internos, Chefes de Divisão) de uma das plataformas digitais, ao receber acesso, aceitar os termos, receber e realizar seu login está assumindo a responsabilidade formal pelas demandas, informações, dados e ações que produzir ou disponibilizar na plataforma digital (PSNA WEB e/ou MHT), quer pelo preenchimento de telas específicas quer pelo upload de documentos.

Art. 53. Em face do conceito geral acima exposto e com vistas à preservação da integridade legal dos sistemas, as ações e decisões de responsabilidade de um Representante Legal, de um Chefe Responsável ou Responsável Técnico, devem ser realizadas sob os login e senha (CPF) dos próprios agentes. As delegações de responsabilidade deverão ser formais.

Art. 54. Quanto a documentos que tenham que estar assinados antes do upload no PSNA WEB ou MHT (Ex: Ficha de Intervenção Supervisionada), é premissa fundamental que, por motivos de segurança das informações contidas nesses documentos, todos os profissionais que tenham que assiná-los possuam assinatura eletrônica, inclusive os técnicos do COMAER.

Art. 55. Os técnicos do COMAER podem acessar o MHT e executar consultas e solicitações; técnicos externos não podem acessar o PSNA WEB ou o MHT - somente os Responsáveis Técnicos (RTI ou RTM) aos quais estejam vinculados.

## **CAPÍTULO III**

### **FUNÇÕES TÉCNICAS, ATRIBUIÇÕES, CRITÉRIOS, DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS E VALIDADES**

#### **Seção I**

#### **Responsável Técnico**

##### Atribuições e responsabilidades

Art. 56. São atribuições e responsabilidades de um Responsável Técnico:

- I- conhecer as leis e demais instrumentos normativos nacionais em vigor aos quais ele próprio e os técnicos sob sua responsabilidade estão submetidos, incluindo os gerais e específicos para atuação no SISCEAB, comprometendo a si próprio e sua equipe a cumpri-los na prestação dos serviços técnicos e demais atividades a serem realizadas sob sua responsabilidade;
- II- representar a Entidade ou Organização que o indicou no trato de todos os assuntos referentes a sua função, aos PCEA, implantados ou a implantar, aos profissionais técnicos que atuam ou pretendem atuar sob sua responsabilidade e aos serviços técnicos prestados sob sua responsabilidade;
- III- responsabilizar-se por disponibilizar e manter atualizada a documentação comprobatória exigida para a habilitação dos técnicos que atuam ou atuarão sob sua responsabilidade nos termos exigidos nesta Instrução, por meio da utilização dos sistemas PSNA WEB e/ou MHT;
- IV- responsabilizar-se formalmente pela documentação que apresentar para o seu próprio cadastramento, licenciamento e/ou habilitação, nos termos desta Instrução, por meio da utilização dos sistemas PSNA WEB e/ou MHT;
- V- responsabilizar-se, nos termos estabelecidos em normas do DECEA, pelo projeto, pelos documentos do projeto, pela apresentação de todos os dados atualizados dos PCEA a serem implantados sob sua responsabilidade, bem como pela instalação desses PCEA, após a submissão de cada um deles a um dos processos ou procedimentos de avaliação da conformidade do DECEA, dentro das especificações definidas no projeto;
- VI- atualizar regularmente ou por demanda os dados dos PCEA implantados sob sua responsabilidade nos moldes estabelecidos pelo DECEA;
- VII- responder pelas intervenções técnicas supervisionadas de profissionais a ele vinculados, assinando e responsabilizando-se pelas informações relatadas nas Ordens de Serviço e nas Fichas de Intervenção Técnica Supervisionada;
- VIII- responsabilizar-se pela veracidade das informações contidas nas Declarações de Competência e Experiência Profissional que sejam eventualmente emitidas para si próprio ou para os profissionais técnicos sob sua responsabilidade;
- IX- responsabilizar-se pela alocação de mão de obra devidamente competente para instalações e/ou intervenções nos PCEA sob sua responsabilidade, bem como pelo desempenho, disponibilidade e confiabilidade desses sistemas técnicos;
- X- representar, quando exigido, a empresa fornecedora de um PCEA contratada por uma Organização do COMAER para a implantação e intervenções emergenciais ou em garantia;
- XI- disponibilizar dados das intervenções realizadas nos sistemas técnicos sob sua responsabilidade nos moldes estabelecidos pelo DECEA;
- XII- realizar as atribuições técnicas referentes a qualificação (BAS, PLE ou SUP) associada à habilitação ou habilitações que tenham sido a ele concedidas;

XIII- responsabilizar-se pela plena aptidão física e mental dos profissionais a ele vinculados e, quando aplicável, pelo controle de validade dos certificados exigidos para trabalho em situações de risco, como trabalho em altura, em local confinado, com médias e altas tensões, dentre outras, obedecendo as legislações específicas a respeito da validade dos cursos, treinamentos e certificados afetos; e

XIV- comunicar, nos termos estabelecidos nesta e em outras normas do DECEA, alguma alteração de seus dados ou dos dados de profissionais a si vinculados, assim como seu desligamento de uma ou mais Entidades ou Organizações que representa, ou o desligamento de um dos profissionais técnicos sob sua responsabilidade.

#### Critérios para cadastro e/ou licenciamento e habilitação

Art. 57. São critérios para cadastro e/ou licenciamento e habilitação de um Responsável Técnico:

I- possuir graduação em Engenharia Elétrica, Eletrônica, Mecânica, de Telecomunicações, da Computação e afins, com registro ativo em seu Conselho Profissional, ou graduação em áreas de Tecnologia e Segurança da Informação ou afins, respeitando as leis, normas e regulamentos nacionais em vigor; e

II- ser formalmente apresentado pelo representante legal de um Elo do SISCEAB ou de uma ECSL.

#### Documentos comprobatórios

Art. 58. São documentos comprobatórios do atendimento aos critérios para cadastro de um Responsável Técnico no PSNA WEB:

I - apresentação do Profissional anexando seu CREA e a Certidão de Acervo Técnico (ou ART) emitida pelo Conselho Profissional correspondente; ou

II - apresentação do Profissional apresentando Diploma de Graduação, Declaração de Competência e Experiência Profissional assinada pelo Representante Legal da Entidade, Organização ou Empresa que o apresenta ao SISCEAB, acompanhada do Currículo Vitae do apresentado.

§ 1º A ação de cadastro, atualização ou substituição de um Responsável Técnico só poderá ser realizada pelo login específico do Representante Legal da entidade.

§ 2º A OH avaliará as informações recebidas para confirmar ou não o cadastramento do profissional apresentado para que possa assumir as atribuições de um RT.

§ 3º Um Responsável Técnico pode atuar e responsabilizar-se por equipes técnicas e intervenções em mais de um Elo do SISCEAB, mas para tal, ele precisará ser formalmente apresentado por cada uma das Organizações ou Entidades que representa.

Art. 59. Caso pretenda intervir em PCEA implantado, um Responsável Técnico deve apresentar os documentos comprobatórios para seu próprio Licenciamento e Habilitação conforme

processo e em atendimento aos critérios estabelecidos para a qualificação do pessoal técnico nos termos desta Instrução.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Responsável Técnico poderá emitir uma Declaração de Competência e Experiência Profissional para a sua própria qualificação, anexando seu currículo vitae e outros documentos que comprovem às afirmações declaradas.

### Validade

Art. 60. A validade do CADASTRO, da LICENÇA e da(s) HABILITAÇÃO(ÕES) eventualmente fornecidas ao Responsável Técnico é indeterminada.

Art. 61. Um Responsável Técnico pode desempenhar suas atribuições até que seja formalmente destituído pelo Responsável Legal da Empresa ou Entidade que o apresentou, ou por ação imposta por uma OH ao identificar o descumprimento de suas atribuições na forma exposta nos regulamentos do DECEA, considerando as justificativas apresentadas pelo próprio RT e/ou pelo RL que o indicou.

Art. 62. Uma ou mais habilitações fornecidas a um Responsável Técnico permanecem válidas até que sua suspensão ou perda seja efetivada pela Organização Habilitadora nos termos previstos na presente Instrução.

## **Seção II**

### **Chefe Responsável**

### Atribuições e responsabilidades

Art. 63. São atribuições e responsabilidades de um Chefe Responsável:

I - conhecer as normas em vigor pertinentes aos serviços técnicos que serão realizados sob sua responsabilidade no SISCEAB;

II - assumir a responsabilidade técnica pelo desempenho, disponibilidade e confiabilidade dos PCEA sob sua responsabilidade;

III - responsabilizar-se pela solicitação, adequação e controle das habilitações técnicas dos profissionais sob sua responsabilidade;

IV - assinar e apresentar documentos, quando necessário, que comprovem ou atestem as competências dos profissionais sob sua responsabilidade de acordo com as instruções desta norma;

V - responsabilizar-se pela veracidade das informações contidas nas Declarações de Competência e Experiência Profissional que sejam eventualmente emitidas para si próprio ou para os profissionais técnicos sob sua responsabilidade;

VI - responsabilizar-se pela execução dos planos de manutenção preventiva pela apresentação dos dados de execução e análise de desempenho, nos moldes estabelecidos pelo DECEA, de cada PCEA sob sua responsabilidade;

VII - responsabilizar-se pela alocação de mão de obra devidamente habilitada e qualificada e pela qualidade das intervenções técnicas nos PCEA sob sua responsabilidade;

VIII - responsabilizar-se, quando aplicável, pelo controle de validade dos certificados exigidos dos profissionais sob sua responsabilidade para trabalho em situações de risco, como trabalho em altura, em local confinado, com médias e altas tensões, dentre outras,

obedecendo e promovendo a obediência às legislações específicas, quanto à validade de cursos e certificados afetos; e

IX - garantir a disponibilização dos dados das intervenções técnicas na periodicidade e formatos definidos pelo DECEA.

#### Critérios para cadastro e/ou licenciamento e habilitação

Art. 64. São critérios para cadastro, licenciamento e/ou habilitação de um Chefe Responsável:

- I - ser Oficial ou servidor público civil de nível superior do COMAER; e
- II - ser indicado por Autoridade de sua Organização Militar para atuar como Chefe Responsável de uma ou mais áreas técnicas, sendo cadastrado no MHT com as devidas autorizações de acesso.

§ 1º Um Chefe Responsável pode atuar e responsabilizar-se por equipes técnicas e intervenções por mais de uma área de atuação, de acordo com a indicação feita pela autoridade de sua Organização Militar.

§ 2º Um Chefe Responsável é apoiado em algumas de suas atribuições, nos termos desta Instrução, pelos Chefes de Projetos designados pela Organização Habilitadora.

#### Documentos comprobatórios

Art. 65. São documentos comprobatórios do atendimento aos critérios para cadastro de um Chefe Responsável no MHT:

- I - ofício de indicação da Organização Militar.

Art. 66. Caso pretenda intervir em PCEA implantado, um Chefe Responsável deve apresentar os documentos comprobatórios para seu próprio Licenciamento e Habilitação conforme processo e em atendimento aos critérios estabelecidos para a qualificação do pessoal técnico nos termos desta Instrução.

Parágrafo único. Excepcionalmente, o Chefe Responsável poderá emitir uma Declaração de Competência e Experiência Profissional para a sua própria qualificação, anexando seu currículo vitae e outros documentos que comprovem às afirmações declaradas.

#### Validade

Art. 67. A validade do CADASTRO, da LICENÇA e da(s) HABILITAÇÃO(ÕES) eventualmente fornecidas ao Chefe Responsável é indeterminada.

Art. 68. Um Chefe Responsável pode desempenhar suas atribuições até que seja formalmente destituído de sua função, ou por ação imposta por uma OH ao identificar o descumprimento de suas atribuições na forma exposta nos regulamentos do DECEA, considerando as justificativas apresentadas pelo próprio CR.



Art. 69. Uma ou mais habilitações fornecidas a um Chefe Responsável permanecem válidas até que sua suspensão ou perda seja efetivada pela Organização Habilitadora nos termos previstos na presente Instrução.

### **Seção III**

#### **Técnico com a qualificação Básico (BAS)**

##### Atribuições e responsabilidades

Art. 70. Sem prejuízo de outras, o titular de habilitação com a qualificação BÁSICO estará incumbido das seguintes atribuições:

- I - realizar intervenções de baixa complexidade nos PCEA para os quais esteja habilitado, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos e dos Manuais do Fabricante;
- II - auxiliar técnicos das qualificações PLE ou SUP em intervenções de média ou alta complexidade em PCEA implantados;
- III - realizar, por determinação de Chefe Responsável ou Responsável Técnico, sob estrita supervisão remota conduzida por técnico com qualificação PLE ou SUP, intervenção pontual de média complexidade em PCEA implantado;
- IV - cumprir, quando aplicável, as escalas técnicas instituídas para os PCEA implantados, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos, dos Manuais do Fabricante e as ordens em vigor para seu serviço de escala.
- V - desempenhar papel técnico nas Inspeções em Voo Periódicas conduzidas pelo GEIV, por determinação de Chefe Responsável ou Responsável Técnico, sob estrita supervisão remota conduzida por técnico com qualificação PLE ou SUP no PCEA sob inspeção, podendo vir a realizar intervenções de média complexidade.

Parágrafo único. Em Inspeções em Voo Especiais, como de Restabelecimento, de Apoio à Engenharia ou de Avaliação Técnico-Operacional do equipamento, um técnico com qualificação PLE ou SUP deve estar disponível para realizar, intervenção de média complexidade, em caso de necessidade, de maneira local ou remota.

##### Critérios para cadastro, licenciamento e habilitação

Art. 71. A habilitação técnica com a qualificação BAS será concedida ao técnico licenciado que atenda aos seguintes critérios:

- I - for diplomado em curso superior ou técnico em área de conhecimento que abranja uma ou mais categorias ou subcategorias de PCEA; e
- II - conclua, com sucesso, pelo menos 1 (uma) intervenção supervisionada (intervenção pontual) de baixa complexidade no PCEA para o qual a habilitação é solicitada.

##### Documentos comprobatórios

Art. 72. São documentos comprobatórios do atendimento aos critérios estabelecidos para cadastro, licenciamento e habilitação de um profissional técnico na qualificação Básico no módulo de habilitação técnica:

- I- preenchimento da Solicitação de Licenciamento e Habilitação;
- II- preenchimento dos Dados Cadastrais do profissional técnico;

- III- **upload** da cópia da identidade do profissional;
- IV- **upload** da Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada;
- V- **upload** da Declaração de Competência e Experiência Profissional;
- VI- **upload** da cópia do Diploma de Universidade, Instituto Tecnológico, Faculdades Escola Militar, Escola Técnica reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou Ministério da Educação, ou documento equivalente, em uma das categorias ou subcategorias de PCEA;
- VII- **upload** da cópia da Carteira de Registro no Conselho Profissional ou outro órgão competente de regulamentação profissional, quando existente;
- VIII- **upload** das cópias de certificados válidos exigidos para trabalho em situações de risco, como trabalho em altura, em local confinado, com médias e altas tensões, dentre outras, quando aplicável; e
- IX- preenchimento dos dados de novo equipamento, quando aplicável.

§ 1º O preenchimento de informações e o carregamento de documentos devem ser realizados em páginas e campos específicos do módulo de habilitação técnica, de acordo com cada solicitação.

§ 2º Modelos da Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada e da Declaração de Competência e Experiência Profissional estão disponíveis no módulo de habilitação técnica.

§ 3º É cuidado e responsabilidade de cada profissional estar com a ASO ou Inspeção de saúde em dia, sendo que Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem garantir que somente profissionais que possuam a condição de “APTO” nesses documentos serão designados a intervir em PCEA do SISCEAB.

§ 4º Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem atualizar os dados e as cópias de documentos de acordo com a atualização ou validade de cada um deles.

§ 5º As cópias dos documentos carregados ou aqueles de onde são extraídos os dados preenchidos no sistema devem ser disponibilizados, em suas versões válidas e mais atuais, pelos Responsáveis, quando requeridos em auditorias ou inspeções.

### Validade

Art. 73. A validade do CADASTRO, da LICENÇA e da(s) HABILITAÇÃO(ÕES) fornecidas a um profissional técnico na qualificação Básico é indeterminada.

Art. 74. Esse profissional pode desempenhar as atribuições afetas a uma ou mais de suas habilitações até que uma solicitação de suspensão ou perda seja efetivada pela Organização Habilitadora nos termos previstos na presente Instrução.

## **Seção IV**

### **Técnico com a qualificação Pleno (PLE)**

### Atribuições e responsabilidades

Art. 75. Sem prejuízo de outras, o titular de habilitação com a qualificação PLENO estará incumbido das seguintes atribuições:

- I - realizar intervenções de baixa ou média complexidade em PCEA para os quais esteja habilitado, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos e dos Manuais do Fabricante;
- II - auxiliar técnicos da qualificação SUP em intervenções de alta complexidade em PCEA implantado;
- III - realizar, por determinação de Chefe Responsável ou Responsável Técnico, sob estrita supervisão remota conduzida por técnico com qualificação PLE ou SUP, intervenção pontual de média e alta complexidade em outro PCEA da mesma categoria na qual possui qualificação PLE;
- IV - cumprir as escalas técnicas instituídas para os PCEA para os quais esteja habilitado, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos, dos Manuais do Fabricante e as ordens em vigor para seu serviço de escala;
- V - desempenhar o papel técnico nas Inspeções em Voo dos PCEA para os quais esteja habilitado;
- VI - em Inspeções em Voo Especiais (de Restabelecimento, de Apoio à Engenharia ou de Avaliação Técnico-Operacional) o técnico com qualificação PLE pode realizar, em caso de necessidade, intervenção de média complexidade de forma presencial ou remota ao PCEA, desde que o sistema ou equipamento possibilite a utilização deste recurso.
- VII - supervisionar intervenções técnicas, emitir e assinar a Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada e a Declaração de Competência e Experiência Profissional de outros técnicos de níveis BAS e PLE quanto ao desempenho desses profissionais para subsidiar a deliberação da Organização Habilitadora nos processos previstos nesta Instrução; e
- VIII - assistir remotamente a técnicos BAS ou PLE em intervenções de baixa ou média complexidade.

#### Critérios para cadastro, licenciamento e habilitação

Art. 76. A habilitação técnica com a qualificação PLE será concedida ao técnico licenciado que atenda aos seguintes critérios:

- I - for diplomado em curso superior ou técnico em área de conhecimento que abranja uma ou mais categorias ou subcategorias de PCEA; e
- II - conclua, com aproveitamento, curso teórico com prática ou treinamento prático específico do PCEA para o qual se pleiteia habilitação e realize pelo menos 3 (três) intervenções supervisionadas (intervenção pontual) de média complexidade nesse PCEA; ou
- III - atue como BAS há pelo menos 3 (três) anos consecutivos (sem que sua habilitação tenha sido suspensa ou perdida) e realize pelo menos 3 (três) intervenções supervisionadas (intervenção pontual) de média complexidade no PCEA para o qual se pleiteia a habilitação.

Parágrafo único. Deverão ser comprovados o atendimento concomitante aos incisos I e II ou aos incisos I e III acima listados.

#### Documentos comprobatórios

Art. 77. São documentos comprobatórios do atendimento aos critérios estabelecidos para cadastro, licenciamento e habilitação de um profissional técnico na qualificação Pleno no módulo de habilitação técnica:

- I - preenchimento da Solicitação de Licenciamento e Habilitação;

- II - preenchimento dos Dados Cadastrais do profissional técnico;
- III - **upload** da cópia da identidade do profissional;
- IV - **upload** da Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada;
- V - **upload** da Declaração de Competência e Experiência Profissional;
- VI - **upload** da cópia do Diploma de Universidade, Instituto Tecnológico, Faculdades Escola Militar, Escola Técnica reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou Ministério da Educação, ou documento equivalente, em área de conhecimento que abranja a categoria ou subcategoria do PCEA;
- VII - **upload** da cópia da Carteira de Registro no Conselho Profissional ou outro órgão competente de regulamentação profissional, quando existente;
- VIII - **upload** do Certificado do curso realizado no equipamento/sistema em que pretende intervir (com a respectiva ementa, caso a Instituição não seja o COMAER), quando aplicável;
- IX - **upload** das cópias de certificados válidos exigidos para trabalho em situações de risco, como trabalho em altura, em local confinado, com médias e altas tensões, dentre outras, quando aplicável; e
- X - preenchimento dos dados de novo equipamento, quando aplicável.

§ 1º O preenchimento de informações e o carregamento de documentos devem ser realizados em páginas e campos específicos do módulo de habilitação técnica, de acordo com cada solicitação.

§ 2º Modelos da Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada e da Declaração de Competência e Experiência Profissional estão disponíveis no módulo de habilitação técnica.

§ 3º É cuidado e responsabilidade de cada profissional estar com a ASO ou Inspeção de saúde em dia, sendo que Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem garantir que somente profissionais que possuam a condição de “APTO” nesses documentos serão designados a intervir em PCEA do SISCEAB.

§ 4º Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem atualizar os dados e as cópias de documentos de acordo com a atualização ou validade de cada um deles.

§ 5º As cópias dos documentos carregados ou aqueles de onde são extraídos os dados preenchidos no sistema devem ser disponibilizados, em suas versões válidas e mais atuais, pelos Responsáveis, quando requeridos em auditorias ou inspeções.

#### Validade

Art. 78. A validade do CADASTRO, da LICENÇA e da(s) HABILITAÇÃO(ÕES) fornecidas a um profissional técnico na qualificação Pleno é indeterminada.

Art. 79. Esse profissional pode desempenhar as atribuições afetas a uma ou mais de suas habilitações até que uma solicitação de suspensão ou perda seja efetivada pela Organização Habilitadora nos termos previstos na presente Instrução.

### **Seção V**

#### **Técnico com a qualificação Supervisor (SUP)**

### Atribuições e responsabilidades

Art. 80. Sem prejuízo de outras, o titular de habilitação com a qualificação SUPERVISOR estará incumbido das seguintes atribuições:

- I - realizar intervenções de qualquer complexidade nos PCEA para os quais esteja habilitado, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos e dos Manuais do Fabricante;
- II - cumprir as escalas técnicas instituídas para os PCEA para os quais esteja habilitado, seguindo as orientações dos Boletins Técnicos, dos Manuais do Fabricante e as ordens em vigor para seu serviço de escala;
- III - desempenhar o papel técnico nas Inspeções em Voo de PCEA;
- IV - supervisionar intervenções técnicas, emitir e assinar a Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada e a Declaração de Competência e Experiência Profissional de outros técnicos de níveis BAS, PLE e SUP quanto ao desempenho desses profissionais para subsidiar a deliberação da Organização Habilitadora nos processos previstos nesta Instrução;
- V - assistir remotamente a técnicos BAS e PLE em intervenções de média complexidade, e a técnicos SUP, em atividades de quaisquer complexidades; e
- VI - realizar, por determinação de Chefe Responsável ou Responsável Técnico, sob estrita supervisão remota conduzida por técnico com qualificação SUP, intervenção pontual de baixa, média ou alta complexidade em outro PCEA da mesma categoria na qual possui qualificação SUP.

### CrITÉRIOS para cadastro, licenciamento e habilitação

Art. 81. A habilitação técnica com a qualificação SUP será concedida ao técnico licenciado que atenda aos seguintes critérios:

- I - for diplomado em curso superior ou técnico em área de conhecimento que abranja uma ou mais categorias ou subcategorias de PCEA; e
- II - atue como PLE há pelo menos 4 (quatro) anos consecutivos (sem que sua habilitação tenha sido suspensa ou perdida) em PCEA para o qual pleiteia qualificação e após realizar pelo menos 5 (cinco) intervenções supervisionadas (intervenção pontual) de alta complexidade no PCEA em questão.

### Documentos comprobatÓrios

Art. 82. São documentos comprobatÓrios ao atendimento aos critérios para cadastro, licenciamento e habilitação de um profissional técnico na qualificação Supervisor no módulo de habilitação técnica:

- I - preenchimento da Solicitação de Licenciamento e Habilitação;
- II - preenchimento dos Dados Cadastrais do profissional técnico;
- III - **upload** da cópia da identidade do profissional;
- IV - **upload** da Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada;
- V - **upload** da Declaração de Competência e Experiência Profissional;
- VI - **upload** da cópia do Diploma de Universidade, Instituto Tecnológico, Faculdades Escola Militar, Escola Técnica reconhecida pelo Sistema Nacional de Ensino ou Ministério da Educação, ou documento equivalente, em área de conhecimento que abranja a categoria ou subcategoria do PCEA;
- VII - **upload** da cópia da Carteira de Registro no Conselho Profissional ou outro Órgão competente de regulamentação profissional, quando existente;

VIII - **upload** do Certificado do curso realizado no PCEA em que pretende intervir, ou outro da mesma subcategoria para a qual já possui qualificação PLE (com a respectiva ementa, caso a Instituição não seja o COMAER), quando aplicável;

IX - **upload** das cópias de certificados válidos exigidos para trabalho em situações de risco, como trabalho em altura, em local confinado, com médias e altas tensões, dentre outras, quando aplicável; e

X - preenchimento dos dados de novo equipamento, quando aplicável.

§ 1º O preenchimento de informações e o carregamento de documentos devem ser realizados em páginas e campos específicos do módulo de habilitação técnica, de acordo com cada solicitação.

§ 2º Modelos da Ficha de Intervenção Técnica Supervisionada e da Declaração de Competência e Experiência Profissional estão disponíveis no módulo de habilitação técnica.

§ 3º É cuidado e responsabilidade de cada profissional estar com a ASO ou Inspeção de saúde em dia, sendo que Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem garantir que somente profissionais que possuam a condição de “APTO” nesses documentos serão designados a intervir em PCEA do SISCEAB.

§ 4º Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem atualizar os dados e as cópias de documentos de acordo com a atualização ou validade de cada um deles.

§ 5º As cópias dos documentos carregados ou aqueles de onde são extraídos os dados preenchidos no sistema devem ser disponibilizados, em suas versões válidas e mais atuais, pelos Responsáveis, quando requeridos em auditorias ou inspeções.

### Validade

Art. 83. A validade do CADASTRO, da LICENÇA e da(s) HABILITAÇÃO(ÕES) fornecidas a um profissional técnico na qualificação Supervisor é indeterminada.

Art. 84. Esse profissional pode desempenhar as atribuições afetas a uma ou mais de suas habilitações até que uma solicitação de suspensão ou perda seja efetivada pela Organização Habilitadora nos termos previstos na presente Instrução.

## **CAPÍTULO IV PROCESSOS RELATIVOS À HABILITAÇÃO**

### **Seção I De profissionais pertencentes às Organizações do COMAER**

#### Cadastro e Licenciamento

Art. 85. Os Chefes Responsáveis e Chefes de Projeto são formalmente indicados pelas Organizações do COMAER, sendo cadastrados no MHT e associados às áreas funcionais e áreas técnicas nas quais atuarão pela Seção Responsável da OH.

Parágrafo único. Caso esses Chefes pretendam intervir diretamente em PCEA implantado, deverão ser, também, licenciados e habilitados pela OH.

Art. 86. Os demais Profissionais Técnicos são cadastrados e licenciados pela primeira vez que ingressam em uma Organização do COMAER a partir de solicitação realizada via MHT pelos Chefes Responsáveis das áreas em que atuarão.

Parágrafo único. O próprio profissional técnico do COMAER pode solicitar seu cadastramento e licenciamento pelo MHT ao Chefe Responsável da área ao qual está subordinado.

Art. 87. Serão reconhecidos pela Organização Habilitadora, para fins de licenciamento, os certificados de cursos especializados emitidos pelas Organizações Militares, desde que os referidos cursos tenham documentação de ensino aprovada por órgão competente.

Art. 88. A Organização Habilitadora sob a qual o profissional atua ou atuará avaliará e realizará o cadastramento e licenciamento do profissional no MHT.

Art. 89. O processo de licenciamento dá ao profissional um número de licença, doravante chamado de LICENÇA, que, para os fins previstos nesta Instrução, tem validade permanente e em todo o Território Nacional.

Art. 90. Um profissional técnico licenciado pode, eventualmente, realizar intervenções pontuais supervisionadas por profissional devidamente habilitado e formalmente designado pelo Chefe Responsável, com fins de atendimento a algum critério para sua habilitação. A execução de qualquer outro tipo de intervenção exige que o profissional seja previamente habilitado nos termos desta Instrução.

### Habilitação

Art. 91. Somente com a licença, o profissional técnico do COMAER não pode realizar intervenções não supervisionadas em PCEA implantados no SISCEAB.

Art. 92. A primeira solicitação de habilitação pode ser feita em conjunto com a de cadastramento e licenciamento por um Chefe Responsável da OM na qual o profissional técnico for inicialmente lotado, desde que ele atenda aos critérios estabelecidos nesta Instrução.

Parágrafo único. Habilitações adicionais podem ser solicitadas para um mesmo profissional, para diferentes PCEA, de diferentes categorias ou sub-categorias, com diferentes qualificações. A OH avaliará cada demanda, simultânea ou não, de acordo com as comprovações de atendimento aos critérios para cada habilitação e qualificação solicitada.

Art. 93. O Chefe Responsável do profissional solicita sua habilitação e a qualificação associada via MHT à Organização Habilitadora, disponibilizando os dados e documentos comprobatórios à qualificação requerida conforme exposto no Capítulo 3 desta Instrução.

Parágrafo único. O próprio profissional técnico pode solicitar uma habilitação pelo MHT ao seu Chefe Responsável, que a avalia e dá prosseguimento ou não a sua emissão, consultando, quando necessário, o Chefe do Projeto da categoria ou subcategoria do PCEA em foco.

Art. 94. O processo de habilitação é concluído pela OH com a disponibilização ou atualização do CHT do profissional técnico no MHT. O acesso para visualização ou impressão do CHT

pode ser realizado pelo próprio profissional, por seu CR e por qualquer outra Organização Habilitadora.

### Alteração da Qualificação

Art. 95. O Chefe Responsável poderá solicitar a alteração da qualificação designada em uma habilitação de um profissional técnico sob sua responsabilidade.

§ 1º Quando a alteração solicitada for para um nível de qualificação acima daquele assignado no CHT em vigor, o profissional terá que atender aos critérios estabelecidos para a nova qualificação.

§ 2º Quando a alteração solicitada for para um nível de qualificação abaixo daquela assignada no CHT em vigor, ou abaixo daquela para a qual o profissional já atenda aos critérios exigidos, o Chefe Responsável deve justificar as causas da demanda junto à Divisão Técnica, obtendo sua autorização para a requalificação.

Art. 96. Um profissional técnico poderá solicitar alteração da qualificação de uma de suas habilitações, pelo MHT, ao Chefe Responsável da área na qual atua. Quando for o caso, este Chefe conduzirá a análise da solicitação com o Chefe de Projeto do PCEA em questão.

### Controle dos Chefes Responsáveis designados

Art. 97. As Organizações e os Chefes Responsáveis devem promover a atualização dos dados de seus profissionais, quando necessário, em casos de transferência, desligamento, mudança de função, dentre outros.

Parágrafo único. O prazo máximo para tais atualizações é de 30 dias após a ocorrência da alteração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis expostas nesta norma.

Art. 98. Cada Organização de Manutenção do COMAER deve reavaliar a cada 150 dias a permanência ou a substituição de cada um dos Chefes Responsáveis a ela subordinados.

Parágrafo único. A primeira reavaliação a ser realizada deverá ocorrer em até 150 dias a contar do início de vigência desta Instrução.

Art. 99. As reavaliações são realizadas no MHT e consistem basicamente na confirmação ou alteração da condição atual de cada Chefe Responsável designado.

Art. 100. O MHT deve alertar o superior hierárquico do CR, de maneira automatizada, sobre o início do ciclo de reavaliação, e permitir que a reavaliação seja realizada em até 30 (trinta) dias após o vencimento de cada ciclo.

§ 1º Caso um CR não seja confirmado ou substituído na sua função, ao final do prazo o MHT deve alertar, de maneira automatizada, por e-mail, o próprio CR e o Chefe da DT da OH.

§ 2º Decorridos 7 (sete) dias sem que a pendência seja resolvida, as habilitações dos profissionais vinculados ao CR devem ser suspensas, ficando os técnicos impedidos de executar OS até a solução da questão. O MHT deve informar via e-mail o Comandante/Diretor da OH.



§ 3º Decorridos 15 (quinze) dias sem que a pendência seja resolvida, o Diretor do PAME-RJ e o Chefe da DT do PAME-RJ devem ser informados por e-mail automatizado enviado pelo MHT para as providências que julgarem pertinentes.

§ 4º As habilitações dos técnicos devem ficar suspensas até que um CR seja assignado para a posição.

Art. 101. Diante da constatação de irregularidades, como não atendimento a critérios especificados nesta Instrução, uma OH deve sugerir ao Chefe da Divisão Técnica, a qualquer tempo, a análise das causas e justificativas que possam levar a substituição de um CR.

#### Controle das Habilitações Técnicas

Art. 102. É responsabilidade dos Chefes Responsáveis designados pelas Organizações, e cadastrados no MHT, identificar as competências de cada profissional técnico de uma equipe, dar início e acompanhar os processos de habilitação, qualificação e atualização de seus dados no MHT, em coordenação com a OH de sua região, buscando garantir que somente os técnicos habilitados intervenham nos PCEA implantados.

Art. 103. É responsabilidade dos CR reavaliar a cada 180 dias a manutenção ou alteração das habilitações de seus técnicos subordinados, e as suas próprias, quando cabível, permitindo que eles permaneçam ou não atuando nos referidos equipamentos.

Parágrafo único. A primeira reavaliação a ser realizada deverá ocorrer em até 180 dias a contar do início de vigência desta Instrução.

Art. 104. As reavaliações são realizadas no MHT e consistem basicamente na concordância dos CR quanto a manutenção, alteração, suspensão ou perda de cada uma das habilitações de cada técnico sob sua responsabilidade, assumindo desta forma, a total responsabilidade pelas informações registradas no MHT.

Art. 105. O MHT deve alertar o CR, de maneira automatizada, sobre o início do ciclo de reavaliação, e permitir que o CR decida sobre as habilitações no prazo máximo de 30 (trinta) dias, após o vencimento de cada ciclo.

§ 1º Caso a reavaliação de um profissional habilitado não seja concluída no prazo estabelecido, o MHT deve informar, de maneira automatizada, ao próprio técnico, ao CR, ao chefe do Controle da DT da OH e ao Chefe da DT da OH.

§ 2º Decorridos 7 (sete) dias sem que a pendência seja resolvida, as habilitações não confirmadas devem ser suspensas, impedindo que o profissional execute intervenção no PCEA até a solução da questão. O MHT deve informar o Comandante/Diretor da OH.

§ 3º Decorridos 15 (quinze) dias sem que a pendência seja resolvida, o Diretor do PAME-RJ e o Chefe da DT do PAME-RJ devem ser informados de maneira automatizada pelo MHT para as providências que julgarem cabíveis.

#### Suspensão de Habilitação Técnica

Art. 106. Após o devido processo de análise pela OH, um técnico poderá ter uma ou mais de suas habilitações suspensas, a critério da Organização Habilitadora, quando da ocorrência de uma das situações listadas abaixo:

- I - a qualquer tempo, por solicitação justificada do seu Chefe Responsável;
- II - quando não for realizada a renovação da habilitação do profissional técnico pelo seu Chefe Responsável no período determinado;
- III - quando for comprovado o afastamento do profissional, por qualquer motivo, das atividades para as quais estiver habilitado por período superior a 180 (cento e oitenta) dias consecutivos;
- IV - caso o profissional execute intervenção técnica considerada falha, não grave, não intencional; ou
- V - quando for identificado, após comprovação médica, que o profissional se encontra temporariamente sem as condições de saúde necessárias para realizar intervenções em PCEA de sua habilitação.

§ 1º O Chefe Responsável que solicitou a suspensão da habilitação deve indicar a OH, quando cabível, as ações que se façam necessárias para que o profissional técnico possa ter sua habilitação revalidada, que pode incluir reforço de capacitação teórica e prática.

§ 2º A decisão pela suspensão de uma ou mais habilitações será tomada pela OH após análise das justificativas apresentadas, o devido processo de investigação que se faça necessário e tendo sido esgotados os recursos de ampla defesa do técnico envolvido, e tomará a segurança de voo como aspecto fundamental a ser garantido.

§ 3º De acordo com a situação geradora dessa decisão, o efeito poderá ser aplicado de imediato, com o devido aviso às demais OH e outros envolvidos.

#### Perda de Habilitação Técnica

Art. 107. Após o devido processo de análise pela OH, um técnico poderá ter uma ou mais de suas habilitações perdidas a critério da Organização Habilitadora, por solicitação justificada de seu Chefe Responsável quando:

- I - a habilitação permanecer na condição de suspensão por mais de 365 dias consecutivos;
- II - o profissional praticar intervenção técnica considerada falha, grave, em ação dolosa;
- III - o profissional realizar intervenção em PCEA sem estar devidamente habilitado ou autorizado nos termos desta norma; ou
- IV - o profissional for desligado, por qualquer motivo, de suas atividades técnicas no SISCEAB.

§ 1º A decisão pela perda de uma ou mais habilitações será tomada pela OH após análise das justificativas apresentadas, o devido processo de investigação que se faça necessário e tendo sido esgotados os recursos de defesa do técnico envolvido, e tomará a segurança de voo como aspecto fundamental a ser garantido.

§ 2º De acordo com a situação geradora dessa decisão, o efeito poderá ser aplicado de imediato com o devido aviso às demais OH e outros envolvidos.

### Revalidação ou Reativação da Habilitação Técnica

Art. 108. A habilitação do técnico que tenha sido suspensa ou perdida poderá ser revalidada ou reativada pela OH mediante solicitação justificada de seu Chefe Responsável.

Art. 109. Até que a habilitação de um profissional seja revalidada (estando em suspensão) ou reativada (tendo sido perdida), ele não poderá intervir no PCEA implantado no SISCEAB.

Art. 110. Quando cabível, a revalidação de uma habilitação suspensa só poderá ser revalidada após a comprovação de execução das ações propostas pelo Chefe Responsável e do atingimento dos resultados esperados.

Art. 111. Uma habilitação que tenha sido suspensa ou perdida por mais de 720 (setecentos e vinte) dias exigirá que novo processo de habilitação seja iniciado pelo Chefe Responsável, sob a mesma licença originalmente atribuída ao profissional técnico envolvido.

## **Seção II**

### **De profissionais não pertencentes às Organizações do COMAER**

Art. 112. São consideradas profissionais não pertencentes às Organizações do COMAER aqueles vinculados, direta ou indiretamente, a Empresas ou Organizações não pertencentes ao COMAER.

Parágrafo único. No âmbito desta Instrução, as Estações Prestadoras de Serviços de Telecomunicações e de Tráfego Aéreo (EPTA), em processo de homologação ou homologadas, as Prestadoras de Serviço de Navegação Aérea (PSNA) e a NAV Brasil, as Empresas Contratadas para Suporte Logístico (ECSL), nacionais ou estrangeiras, o Comando da Marinha, o Comando do Exército e outros órgãos governamentais que realizam atividades relacionadas ao controle ou a defesa do espaço aéreo brasileiro são Empresas ou Organizações não pertencentes ao COMAER.

### Cadastramento de Responsáveis Técnicos

Art. 113. O representante legal de uma Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER reconhecida pelo DECEA cadastra um ou mais Responsáveis Técnicos, por meio do PSNA WEB, atendendo ao processo e aos critérios estabelecidos nesta e nas demais normas do DECEA.

§ 1º Um Responsável Técnico (RT) só poderá assumir as responsabilidades e atribuições de sua função depois de ter seu cadastro aprovado e refletido no MHT.

§ 2º Caso um RT pretenda intervir diretamente em PCEA implantado, ele deverá ser, também, licenciado e habilitado, conforme os termos desta instrução. As atribuições inerentes as funções de técnico (BAS, PLE ou SUP) só poderão ser assumidas após esse licenciamento e a devida habilitação.

Art. 114. Um RT pode ser apresentado por uma ou mais Organizações ou Empresas, assumindo, então, a responsabilidade de representar cada uma delas quanto à demanda e gestão

das habilitações técnicas, próprias (quando for o caso) e de sua equipe técnica, e quanto à qualidade dos serviços prestados sob sua responsabilidade.

Art. 115. Um RT pode ser um profissional indicado pela Organização ou Empresa para atuar somente na etapa de implantação (planejamento, instalação e homologação) de PCEA, e para tanto deverá fornecer os documentos exigidos no Sistema PSNA WEB para seu cadastramento como Responsável Técnico por Instalação (RTI).

§ 1º Por meio do PSNA WEB, um RTI pode confirmar se, após concluída a fase de implantação, ele mesmo seguirá atuando como Responsável Técnico pela Manutenção (RTM).

§ 2º Caso contrário, ele cadastra o RTM. A partir dessa confirmação ou novo cadastro, o RTM passa a tratar das ações para licenciamento e habilitação dos profissionais técnicos a ele vinculados, e de sua própria habilitação, quando desejado.

§ 3º Um RTM pode solicitar o cadastramento de um profissional que, sob sua inteira responsabilidade, venha a auxiliá-lo no cumprimento de atividades de administração processual.

#### Cadastramento e licenciamento de outros Profissionais Técnicos

Art. 116. Os profissionais técnicos que atuem somente na implantação de PCEA não precisarão ser cadastrados ou licenciados no PSNA WEB ou no MHT, e suas atividades serão de responsabilidade do RTI ao qual estiverem vinculados.

Art. 117. O Responsável Técnico de Manutenção (RTM), cadastrado e aprovado, faz a solicitação à OH de sua jurisdição do cadastramento e licenciamento iniciais de novos profissionais técnicos que intervirão em PCEA, sob sua responsabilidade, por meio de sistema informatizado, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios exigidos.

Art. 118. O processo de licenciamento dá ao profissional técnico um número de licença, doravante chamado de LICENÇA, que, para os fins previstos nesta Instrução, terá validade permanente e em todo o Território Nacional.

Art. 119. Um profissional técnico cadastrado e licenciado poderá, eventualmente, realizar intervenções pontuais supervisionadas por profissional devidamente habilitado e formalmente designado pelo Responsável Técnico, com fins de atendimento a algum critério para sua habilitação. A execução de qualquer outro tipo de intervenção exige que o profissional seja previamente habilitado nos termos desta Instrução.

#### Habilitação

Art. 120. Para que possa realizar intervenções não supervisionadas em PCEA já homologados, todo e qualquer profissional técnico deverá ser HABILITADO nos termos desta instrução.

Art. 121. O processo de habilitação e qualificação de cada profissional técnico sob responsabilidade de uma Organização ou Empresa não pertencente ao COMAER se inicia com a solicitação feita no sistema PSNA WEB, pelo RTM a ela associado, à Organização Habilitadora, mediante a apresentação dos documentos comprobatórios expostos nesta Instrução.

§ 1º A primeira habilitação técnica pode ser solicitada no mesmo ato em que a Empresa ou Organização solicita o cadastro e licenciamento de cada técnico.

§ 2º Habilitações adicionais podem ser solicitadas para um mesmo profissional, para diferentes PCEA, de diferentes categorias ou sub-categorias, com diferentes qualificações. A OH avaliará cada demanda, simultânea ou não, de acordo com as comprovações de atendimento aos critérios para cada habilitação e qualificação solicitada.

§ 3º As habilitações técnicas solicitadas deverão corresponder aos PCEA que estejam, ou venham a estar após sua homologação, sob a responsabilidade da Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER a qual esteja vinculado o RTM solicitante.

§ 4º Os técnicos de PSM subcontratada por Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER para intervir em PCEA já homologado também deverão ser habilitados em processo a ser iniciado e gerenciado pelo Responsável Técnico vinculado à contratante.

§ 5º Os técnicos de ECSL subcontratada por Organização do COMAER para intervir em PCEA já homologado também deverão ser habilitados em processo a ser iniciado e gerenciado pelo Responsável Técnico dessa ECSL.

Art. 122. O processo de habilitação concede ao técnico uma ou mais habilitações com suas qualificações associadas, que, para os fins previstos nesta Instrução, terá validade permanente e em todo o Território Nacional.

Art. 123. Será considerado apto a assumir atribuições e intervir em PCEA do SISCEAB o profissional técnico que atender aos critérios estabelecidos nesta Instrução, for licenciado e habilitado, recebendo uma das qualificações especificadas (Básico, Pleno ou Supervisor).

Art. 124. As habilitações concedidas são registradas pela OH no CHT do profissional técnico, e controladas pelo RTM da Empresa ou Organização solicitante.

Art. 125. Os dados dos profissionais técnicos não pertencentes ao COMAER e suas habilitações refletidas no MHT poderão ser consultados por todas as Organizações do COMAER que tenham responsabilidade pelos serviços técnicos prestados no SISCEAB, e somente pela Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER a qual o profissional esteja vinculado, direta ou indiretamente, mediante acesso ao PSNA WEB.

#### Alteração de Qualificação

Art. 126. O RTM pode solicitar à OH a adição de habilitações ou a alteração da qualificação designada em uma habilitação de um profissional técnico sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. O profissional técnico alvo da solicitação deve comprovar o atendimento aos critérios estabelecidos para as novas habilitações e qualificações.

#### Responsabilidade Legal e Controle de Responsáveis Técnicos

Art. 127. A Entidade Autorizada (EA) e seus Responsáveis Técnicos (RT) devem cumprir as leis e normas em vigor no país que regulam as atividades por eles prestados e pelos

profissionais técnicos a eles vinculados, contratados ou subcontratados, que pretendam intervir ou atuar no SISCEAB.

Art. 128. A EA e o RT, ao contratar Prestadoras de Serviços de Manutenção (PSM), devem observar critérios objetivos que assegurem a seleção de empresa que comprove sua capacidade de execução do objeto contratado sob normas legais pertinentes em vigor, especialmente as aplicáveis à área de engenharia, de forma a não comprometer a segurança e os serviços prestados pelo SISCEAB.

Art. 129. A EA e o RT devem conhecer e cumprir as orientações, os processos e os procedimentos estabelecidos na presente Instrução, e nos demais instrumentos normativos emitidos pelo DECEA, sob pena de submissão às sanções nestes expressas.

Art. 130. A EA e o RT devem manter e desenvolver as competências dos profissionais sob sua responsabilidade para que possam ser licenciados e habilitados, quando requerido, nos termos desta Instrução, com vistas à segurança, eficácia e eficiência de suas intervenções nos PCEA do SISCEAB.

Art. 131. Os Responsáveis Técnicos devem observar atenta e regularmente as habilitações e qualificações dos profissionais sob sua responsabilidade para que a eles sejam atribuídas somente as atividades técnicas que possam ser desempenhadas com a qualidade necessária para a garantia da segurança do SISCEAB.

Art. 132. O Representante Legal (RL) de uma Organização ou Entidade não pertencente ao COMAER deve promover a atualização dos dados de seus Responsáveis Técnicos quando necessário, especialmente no caso de substituições, pelos meios e formas descritos nesta Instrução.

Parágrafo único. O prazo máximo para tais atualizações é de 30 dias após a ocorrência da alteração, sob pena de aplicação das sanções cabíveis expostas nesta norma.

Art. 133. O RL deve reavaliar a cada 150 (cento e cinquenta) dias a permanência ou substituição de cada um dos Responsáveis Técnicos de Manutenção que por elas tenham sido apresentados ao DECEA.

Parágrafo único. A primeira reavaliação a ser realizada deverá ocorrer em até 150 (cento e cinquenta) dias a contar do início de vigência desta Instrução.

Art. 134. As reavaliações periódicas deverão ser realizadas por meio do PSNA WEB e consistem, basicamente, na confirmação ou alteração da condição atual de cada Responsável Técnico de Manutenção indicado.

Art. 135. O Módulo de Habilitação deve alertar, de maneira automatizada, o Responsável Legal sobre o início do ciclo de reavaliação e permitir que a avaliação seja realizada em até 30 (trinta) dias após o vencimento de cada ciclo.

§ 1º Caso um RTM não seja confirmado ou substituído na sua função, ao final do prazo o sistema deve alertar de maneira automatizada o próprio RTM e o Chefe da DO-COM da OH da jurisdição.

§ 2º Decorridos 7 (sete) dias sem que a pendência seja resolvida, as habilitações dos profissionais vinculados ao RTM devem ser suspensas, ficando os técnicos impedidos de intervir nos PCEA até a solução da questão. A pendência deve ser informada pelo módulo de habilitação técnica aos Chefes da DO e da DT da OH.

§ 3º Decorridos 15 (quinze) dias sem que a pendência seja resolvida, o Comandante ou Diretor da OH, o Diretor do PAME-RJ e o Chefe da DT do PAME-RJ devem ser informados por e-mail enviado pelo sistema informatizado para as providências que julgarem pertinentes.

§ 4º Decorridos 30 (trinta) dias após o fim do prazo de atualização do RTM, o Representante Legal da Entidade Autorizada deverá ser formalmente comunicado da pendência.

Art. 136. Até que o RTM seja confirmado na função ou um novo RTM seja apresentado, as habilitações dos profissionais técnicos a ele vinculados ficarão suspensas e eles não poderão atuar no SISCEAB.

Art. 137. Diante da constatação de irregularidades, como o não cumprimento das obrigações expostas nesta e demais normas do DECEA, uma Organização Habilitadora deve sugerir ao Chefe da Divisão Operacional, a qualquer tempo, a análise das causas e justificativas que possam levar a substituição de um RTM.

#### Responsabilidade Legal e Controle das Habilitações Técnicas

Art. 138. O Responsável Técnico de Manutenção (RTM) de uma Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER deve controlar os CHT da equipe técnica sob sua responsabilidade, garantindo que os profissionais somente sejam escalados para os serviços técnicos quando devidamente habilitados e qualificados e em plena saúde física e mental, de forma a prestarem uma intervenção segura e de qualidade em PCEA implantado.

Art. 139. O RTM deve verificar o atendimento a normas técnicas e a regularidade das obrigações de seus profissionais junto ao Conselho Profissional, Ordem ou órgão correspondente de regulamentação profissional sob pena de suspensão do CHT de profissionais a ele vinculados, independente de outras sanções legais cabíveis.

Art. 140. O RTM deve promover, quando necessário, a atualização dos dados de seus profissionais técnicos e suas habilitações, assim como as suas próprias, e/ou dos PCEA sob sua responsabilidade.

Parágrafo único. A atualização mencionada deve ser realizada no sistema informatizado em até 30 dias a contar da alteração, sob pena das sanções estabelecidas nesta Instrução e demais normativas do DECEA.

Art. 141. O RTM deve reavaliar a cada 180 (cento e oitenta) dias a manutenção ou alteração das habilitações dos técnicos a ele vinculados, permitindo ou não que sigam intervindo nos referidos equipamentos.

Parágrafo único. A primeira reavaliação a ser realizada deverá ocorrer em até 180 (cento e oitenta) dias a contar do início de vigência desta Instrução.

Art. 142. As reavaliações devem ser realizadas no módulo de habilitação técnica e consiste basicamente na concordância do RTM quanto a manutenção, alteração, suspensão ou perda da habilitação de cada técnico a ele vinculado, assumindo desta forma, a total responsabilidade pelas informações registradas no sistema.

Art. 143. O sistema informatizado deve informar o RTM sobre o início do ciclo de reavaliação e permitir que ele decida sobre as habilitações no prazo máximo de 30 dias após o vencimento do ciclo.

§ 1º Caso a avaliação de um profissional habilitado não seja concluída pelo RTM no prazo estabelecido, o sistema deve alertar o próprio RTM, o técnico envolvido e o Chefe da DO-COM da OH da jurisdição.

§ 2º Decorridos 7 (sete) dias sem que a pendência tenha sido resolvida, as habilitações não confirmadas do técnico devem ser suspensas, ficando o técnico impedido de intervir nos PCEA associados até a solução da questão. O sistema deve alertar, de maneira automatizada, os Chefes da DO e da DT da OH.

§ 3º Decorridos 15 (quinze) dias sem que a pendência tenha sido resolvida, o Comandante ou Diretor da OH, o Diretor do PAME-RJ e o Chefe da DT do PAME-RJ devem ser informados por e-mail enviado pelo sistema para as providências que julgarem pertinentes.

§ 4º Decorridos 30 (trinta) dias sem que a pendência tenha sido resolvida, o Representante Legal da Entidade Autorizada deverá ser formalmente comunicado da pendência.

Art. 144. As Organizações Habilitadoras devem cumprir as atividades de controle formalmente determinadas pelo SDTE, e outras que se mostrem necessárias, com vistas a confirmar, presencial ou via sistema informatizado, o cumprimento das orientações emanadas nesta Instrução.

Art. 145. A Divisão Técnica da OH, utilizando-se dos processos e meios de comunicação estabelecidos, deve disponibilizar às Empresas e Organizações não pertencentes ao COMAER o apoio e os esclarecimentos necessários à execução das atividades concernentes ao licenciamento e à habilitação técnica.

Parágrafo único. Quando necessário, a OH adotará e divulgará aos envolvidos os meios alternativos às plataformas digitais a serem excepcionalmente utilizados para a resolução de problemas e troca de documentos.

#### Suspensão de Habilitação Técnica

Art. 146. O profissional técnico de Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER poderá ter uma ou mais de suas habilitações suspensas, a critério da Organização Habilitadora, quando da ocorrência de uma das situações descritas a seguir:

- I - a qualquer tempo, por solicitação justificada do Responsável Técnico ao qual estiver vinculado;
- II - a qualquer tempo, por recomendação justificada por um Chefe Responsável da Organização Habilitadora;
- III - quando for identificado que o profissional não cumpriu suas atribuições de acordo com as normas do DECEA em vigor;



- IV - quando não for realizada a renovação da habilitação do profissional técnico pelo Responsável Técnico ao qual esteja vinculado;
- V - quando for constatado o afastamento do profissional, por qualquer motivo, das atividades para as quais estiver habilitado por período superior a 180 dias consecutivos;
- VI - caso o profissional execute intervenção técnica considerada falha, não grave, não intencional;
- VII - quando for identificado, após comprovação médica, que o profissional se encontra temporariamente sem as condições de saúde necessárias para realizar intervenções em PCEA de sua habilitação; ou
- VIII - quando for informado ou identificado o desligamento do profissional, por qualquer motivo, da Empresa ou Organização a qual estava vinculado.

Art. 147. O responsável solicitante da suspensão da habilitação deve propor a OH as ações que se façam necessárias para que o profissional técnico possa ter sua habilitação revalidada, que pode incluir reforço de capacitação teórica e prática.

Art. 148. A decisão pela suspensão de uma ou mais habilitações será tomada pela OH após análise das justificativas apresentadas, o devido processo de investigação que se faça necessário e tendo sido esgotados os recursos de ampla defesa do técnico envolvido, e tomará a segurança de voo como aspecto fundamental a ser garantido.

Parágrafo único. De acordo com a situação geradora dessa decisão, o efeito poderá ser aplicado de imediato com o devido aviso às OH e outros envolvidos.

#### Perda de Habilitação Técnica

Art. 149. O profissional técnico poderá ter uma ou mais de suas habilitações perdidas a critério da Organização Habilitadora, por solicitação justificada do Responsável Técnico ao qual esteja vinculado ou de um Chefe Responsável de uma OH, quando for identificado que:

- I - a habilitação do profissional permanece na condição de suspensão por mais de 365 dias consecutivos;
- II - o profissional praticou intervenção técnica considerada falha, grave, em ação dolosa;
- III - o profissional realizou intervenção em PCEA sem estar devidamente habilitado ou autorizado nos termos desta norma para tal;
- IV - o profissional foi desligado, por qualquer motivo, de suas atividades técnicas no SISCEAB.

Art. 150. A decisão pela perda de uma ou mais habilitações será tomada pela OH após análise das justificativas apresentadas, o devido processo de investigação que se faça necessário e tendo sido esgotados os recursos de ampla defesa do técnico envolvido, e tomará a segurança de voo como aspecto fundamental a ser garantido.

Parágrafo único. De acordo com a situação geradora dessa decisão, o efeito poderá ser aplicado de imediato com o devido aviso aos envolvidos.

Art. 151. O MHT deve prever esse processo, sendo que a última instância, o Subdepartamento de Operações do DECEA, será acionada por carta emitida pela Entidade ou Organização não pertencente ao COMAER, caso haja discordância em relação a decisão final da OH.

### Revalidação e Reativação de Habilitação Técnica

Art. 152. A habilitação do técnico que tenha sido suspensa ou perdida poderá ser revalidada ou reativada pela OH mediante solicitação justificada do RTM ao qual o profissional esteja vinculado.

Parágrafo único. Até que a habilitação de um profissional seja revalidada (estando em suspensão) ou reativada (tendo sido perdida), ele não poderá intervir em PCEA implantado no SISCEAB.

Art. 153. Quando cabível, a revalidação ou reativação de uma habilitação só poderá ser levada a termo após a comprovação da solução da causa que originou a suspensão ou perda.

Parágrafo único. Dentre as possíveis soluções estão a regularização de obrigações junto ao Conselho Profissional, Ordem ou órgão correspondente de regulamentação profissional, a comprovação de obtenção de competências técnicas do profissional, a restauração das condições de saúde, dentre outras.

Art. 154. A habilitação do técnico que tenha sido suspensa ou perdida por mais de 720 (setecentos e vinte) dias exigirá que a Empresa ou Organização não pertencente ao COMAER cumpra novo processo de habilitação junto a OH nos termos desta Instrução, sendo que será mantida a licença original a ele atribuída.

### **Seção III** **Do Certificado de Habilitação Técnica – CHT**

Art. 155. O CHT é cedido ou atualizado por uma Organização Habilitadora após execução de um dos processos definidos nos termos desta Instrução.

Art. 156. Um Chefe Responsável ou um Responsável Técnico solicita a emissão ou atualização de habilitações para cada profissional técnico sob sua responsabilidade, responsabilizando-se por apresentar as comprovações de competências e o atendimento aos demais critérios exigidos para cada qualificação.

### Habilitações e Qualificações

Art. 157. As habilitações e qualificações são cedidas com base nas comprovações aceitas pela OH, com vistas a assegurar que os profissionais técnicos assumam atribuições coerentes com suas competências, prestando, assim, um serviço de qualidade e seguro ao SISCEAB.

Art. 158. Um profissional técnico pode possuir tantas habilitações e qualificações quanto lhes forem solicitadas pelo seu responsável. Pode, ainda, possuir habilitações em PCEA de diferentes categorias/subcategorias, com iguais ou diferentes qualificações em cada uma delas. Para tal, todos os critérios exigidos para a obtenção de cada uma dessas habilitações, nos termos desta Instrução, devem ser atendidos.

Art. 159. Cada habilitação possuída por um profissional técnico, juntamente com as demais informações associadas, é apresentada no CHT.

### Registro e acesso aos dados no Sistema Informatizado MHT

Art. 160. As OH devem agir com celeridade para registrar e manter atualizados no MHT as licenças, habilitações, qualificações e demais dados dos técnicos internos ou externos ao COMAER sob sua responsabilidade, conforme informações recebidas dos Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos, buscando garantir que o CHT do profissional reflita os dados mais atualizados possíveis.

Art. 161. As OH, devem, ainda, fazer uso do MHT para manter um reservatório digital de cada profissional, contendo a documentação histórica disponibilizada em cada processo de licenciamento, habilitação, requalificação, suspensão ou perda, reativação ou revalidação, para o respectivo controle e auditoria, incluindo, mas não se limitando, as Solicitações, as Fichas de Intervenção Supervisionada e as decisões da OH.

Art. 162. O CHT de um determinado profissional pode ser acessado por meio de um dos sistemas informatizados (PSNA WEB ou MHT) pelo próprio técnico (caso pertença ao COMAER), por seu Responsável Técnico ou Chefe Responsável, pelos Chefes de Divisão Técnica de uma Organização Habilitadora e, eventualmente, por representantes cadastrados de outras Organizações do COMAER.

### Conteúdo do CHT Impresso

Art. 163. O CHT a ser impresso deve apresentar os dados pessoais do profissional, seu número único de licença, cada uma de suas habilitações válidas, com destaque para o PCEA a que se referem e a qualificação válida associada, e condições especiais de trabalho e de risco sob as quais o técnico poderá atuar, conforme atendimento a normas técnicas específicas.

Parágrafo único. Além dos dados impressos, todos os demais dados do profissional técnico habilitado, como os CR ou RT aos quais esteja vinculado e são responsáveis por suas habilitações válidas, as empresas ou Organizações pelas quais atuam ou já atuaram, datas de início de vigência de cada habilitação, Organizações Habilitadoras responsáveis por cada uma de suas habilitações, suspensões já ocorridas, dentre outras informações, devem ser disponibilizadas no MHT, para acesso de tela ou relatórios configuráveis.

### Abrangência

Art. 164. O CHT é um documento válido em todo o território nacional.

Art. 165. Após a finalização de um processo de criação ou atualização de um CHT de um profissional técnico no MHT por uma Organização Habilitadora do DECEA, as habilitações nele contidas passam a ter validade em todo o SISCEAB, obedecendo os limites e vinculações a responsáveis expostos nesta Instrução.

## **CAPÍTULO V DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

Art. 166. SDTE e PAME-RJ, em coordenação com o SDOP e demais OH, definirão e adotarão as ações que se mostrem necessárias para informar aos Elos do SISCEAB as alterações contidas nesta Instrução, apoiando-os na sua plena operacionalização.

Art. 167. O PAME-RJ deverá empreender os esforços necessários para atualizar o PSNA WEB e o MHT para que reflitam as atualizações desta Instrução e otimizem o uso da plataforma, apoiando os controles e a execução dos processos.

§ 1º As plataformas digitais devem dispor de facilidades para que o usuário final registre e acompanhe o tratamento de problemas ou sugestões de melhorias.

§ 2º As plataformas digitais devem ser preparadas para que sejam acessadas em dispositivos móveis.

Art. 168. O PAME-RJ deverá promover a capacitação dos profissionais indicados pelas Organizações Habilitadoras nas novas funcionalidades das plataformas digitais.

Art. 169. O PAME-RJ e as demais Organizações Habilitadoras deverão promover a capacitação e o suporte aos profissionais das Empresas e Organizações pertencentes ou não ao COMAER nas novas funcionalidades do PSNA WEB e MHT.

Art. 170. As Empresas e Organizações pertencentes ou não ao COMAER, deverão confirmar ou atualizar os RTM, CR e Chefes de Projeto sob sua responsabilidade, na forma estabelecida nesta Instrução e sob orientações específicas emanadas pelo DECEA até o início da vigência desta Instrução.

Art. 171. Os CR e os RTM deverão proceder à revisão inicial dos dados dos técnicos, das habilitações e dos PCEA sob sua responsabilidade, confirmando-os ou esclarecendo divergências junto às Organizações Habilitadoras, em até 60 dias a contar do início de vigência desta nova versão da Instrução.

Parágrafo único. Na revisão inicial, a confirmação de habilitações válidas não exigirá a reapresentação dos documentos comprobatórios pelos Responsáveis. Caso haja necessidade de alteração em uma habilitação válida, o atendimento aos critérios aplicáveis deverá ser comprovado.

Art. 172. O EB, a MB e as ECSL passarão a utilizar os sistemas informatizados citados nesta norma em data futura a ser definida pelo SDTE em coordenação com o PAME-RJ.

## **CAPÍTULO VI DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 173. As Organizações do SISCEAB e qualquer outra Empresa ou Organização que esteja investida de responsabilidade por ações técnicas sobre qualquer PCEA são responsáveis pelo cumprimento desta Instrução nas respectivas áreas de responsabilidade.

Parágrafo único. O descumprimento das orientações desta Instrução que possam acarretar insegurança na intervenção em PCEA e, conseqüentemente, na prestação de um ou mais serviços do SISCEAB em prol da navegação aérea, devem ser alvo das sanções previstas nesta e em outras normas do DECEA, e oferecidas celeremente pela OH à apreciação dos Subdepartamentos do DECEA.

Art. 174. O atendimento à presente Instrução não isenta o Chefe Responsável, o Responsável Técnico, o Responsável Legal e demais Profissionais Técnicos pelo cumprimento de outras leis, normas e disposições que regulam as atividades técnicas e/ou administrativas por eles praticadas.

Art. 175. O DECEA poderá determinar que um profissional não possa mais atuar em uma ou mais funções no SISCEAB caso esse profissional, ou outro a ele subordinado e vinculado nos termos desta Instrução, deixe de cumprir legislação nacional em vigor ou deixe de atender às diretivas, instruções ou outras normas emitidas pelo DECEA sem a devida justificativa para tal.

Art. 176. Chefes Responsáveis e Responsáveis Técnicos devem observar atentamente as habilitações e qualificações dos profissionais sob sua responsabilidade para que a eles sejam atribuídas somente intervenções e atividades que possam ser desempenhadas com a qualidade necessária para a garantia da segurança do SISCEAB.

Art. 177. Profissionais técnicos que não possuam Habilitação Técnica válida só poderão atuar no SISCEAB nas condições específicas expostas nesta Instrução. Casos omissos devem ser levados formalmente à apreciação do SDTE.

Art. 178. Todos os atos que emitam ou alterem a habilitação dos profissionais técnicos serão objeto de publicação ostensiva no MHT.

Art. 179. Os processos definidos nesta Instrução devem ser realizados nas plataformas informatizadas, com o acesso autorizado, assinatura eletrônica, preenchimento de telas e upload de documentação devidamente assinados.

Parágrafo único. Em casos excepcionais, a serem avaliados pelo PAME-RJ ou por uma OH, a entrega de documentos poderá se dar por meio físico, conforme modelos definidos no MHT.

Art. 180. O PAME-RJ e demais Organizações Habilitadoras deverão avaliar periodicamente a necessidade e promover a capacitação de profissionais, internos ou externos ao COMAER, que lidam com os processos de habilitação técnica normatizados por esta Instrução.

Art. 181. Os casos não previstos nesta Instrução serão submetidos à apreciação da correspondente Organização Habilitadora, que os submeterá à avaliação e deliberação do Chefe do Subdepartamento Técnico do DECEA.

## **CAPÍTULO VII DAS REFERÊNCIAS NORMATIVAS**

Art. 182 São as seguintes as referências normativas:

I - BRASIL. Código Brasileiro de Aeronáutica. Lei Nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986.

II - BRASIL. Comando da Aeronáutica. Comando Geral do Pessoal. Confecção, Controle e Numeração de Publicações: NSCA 5-2. Brasília, DF, 2024.

III - BRASIL. Comando da Aeronáutica. Departamento de Controle do Espaço Aéreo. Governança para Manutenção no Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro. DCA 66-3. Rio de Janeiro, RJ, 2017.



MINISTÉRIO DA DEFESA  
COMANDO DA AERONÁUTICA

CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO

Documento:	Anexo C: ICA 66-23
Data/Hora de Criação:	10/11/2025 19:52:39
Páginas do Documento:	45
Páginas Totais (Doc. + Ass.)	46
Hash MD5:	3152750b6f47c184d4d0cca3ef7232ca
Verificação de Autenticidade:	<a href="https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura">https://autenticidade-documento.sti.fab.mil.br/assinatura</a>

Este documento foi assinado e conferido eletronicamente com fundamento no artigo 6º, do Decreto nº 8.539 de 08/10/2015 da Presidência da República pelos assinantes abaixo:

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap IANG DA SILVA AQUINO no dia 10/11/2025 às 17:23:49 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por 2º Ten ADRIANA NINOMIYA MALTA RIBEIRO no dia 13/11/2025 às 09:50:56 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major JOÃO FELIPE BUENAGA CAVALCANTI no dia 13/11/2025 às 10:19:21 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cap IANG DA SILVA AQUINO no dia 13/11/2025 às 10:22:25 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Major ANDRÉIA SIMONE NEVES FERREIRA TAVARES no dia 22/12/2025 às 12:20:48 no horário oficial de Brasília.

Assinado via ASSINATURA CADASTRAL por Cel JOSÉ EVÂNIO GUEDES JUNIOR no dia 23/12/2025 às 10:45:26 no horário oficial de Brasília.

## CONTROLE DE ASSINATURAS ELETRÔNICAS DO DOCUMENTO